

**UNIJIÚ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (MESTRADO E DOUTORADO) EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – OBSERVA-DR

EDITAL FAPERGS 05/2019 - PROGRAMA PESQUISADOR GAÚCHO-PQG

**Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle
social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e
Litoral**

Protocolo:

Coordenador: Sérgio Luís Allebrandt

E-mail: allebr@unijui.edu.br

Faixa de Valor: B (R\$ 0,00 à R\$ 60.000,00)

Área de Conhecimento 1: Ciências Sociais Aplicadas » Planejamento Urbano e Regional
» Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional » Técnicas de Análise e
Avaliação Urbana e Regional

Área de Conhecimento 2: Ciências Humanas e Sociais » Ciência Política » Políticas
Públicas » Análise do Processo Decisório

Área de Conhecimento 3:

Tema de interesse: Gestão social e controle social do desenvolvimento territorial

Grupo de Pesquisa/CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas
Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania - GPDeC

Instituição Executora: UNIJIUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio
Grande do Sul

Unidade Executora: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da
Unijui (PPGDR/UNIJIÚ)

Início Previsto: 01/12/2019

Duração: 36 Meses

Projeto de Pesquisa

Observando o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral

Palavras-chave: Gestão social, controle social, cidadania deliberativa, planejamento e gestão territorial, planejamento regional, desenvolvimento regional.

Keywords: Social management, social control, deliberative citizenship, planning and land management, regional planning, regional development.

Resumo

O Projeto “Observando o planejamento e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: gestão e controle social nos territórios dos Coredes Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo, Missões e Litoral” pretende analisar experiências participativas de controle social sobre processos de planejamento e desenvolvimento regional à luz da discussão da gestão social. Nos anos 80 houve um abandono da experiência brasileira de planejamento regional. Nos anos 90, ainda que timidamente, houve um retorno para a questão regional no Brasil. Vale lembrar a criação do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional no final dos anos 90. Considerando que a estrutura federativa brasileira não contempla instância político-administrativa intermediária entre o estado e o município, diferentes experiências surgem nos estados brasileiros, visando a institucionalização de espaços de discussão e construção de políticas de desenvolvimento regional. É dentro desta lógica que diferentes processos sociopolíticos dão emergência, durante a década de noventa, aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul, aos Fóruns de Desenvolvimento Regional (FDRs) em Santa Catarina e aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável (CRDS) no Ceará. Diversos estudiosos têm analisado, sob diferentes enfoques, estas experiências nos últimos anos (BANDEIRA, 2000; BIRKNER, 2008; VEIGA, 2006; ALLEBRANDT, 2010; FELIPPE, SILVEIRA e ALLEBRANDT, 2015). Em 2013 e 2014 o OBSERVA-DR aprovou e executou o Projeto de Pesquisa “Planejamento e Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes-RS” com apoio do EDITAL CNPq 18/2012, e do Edital 16/2012 - FAPERGS/FDRH, com o Projeto “Estratégias de planejamento e gestão regional no Rio Grande do Sul: O papel do Estado e da sociedade civil na elaboração dos planos estratégicos regionais de desenvolvimento”. Estes dois projetos estiveram sob a coordenação do Prof. Rogério Leandro Lima da Silveira (PPGDR/UNISC) e atuaram como programas associadas o PPGDR/UNISC, o PROPUR/UFRGS e o PPGDR/UNIJUÍ. Este projeto possibilitou uma análise e avaliação profunda dos planos estratégicos de desenvolvimento elaborados pelos Coredes em 2009 e 2010. Entre os resultados deste projeto, foi publicado um livro organizado por professores do PPGDR/UNISC e PPGDR/UNIJUÍ: FELIPPI, A. C. T.; SILVEIRA, R. L. L.; ALLEBRANDT, S. L. (Orgs.). Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento

(Coredes). 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. Neste estudo já foi apontado por nós a necessidade de realizarmos nova pesquisa para poder se compreender como se apresentam nas diferentes regiões de abrangência dos Coredes-RS, a dinâmica e os processos de gestão e controle social dos territórios. Sabemos que cada região de abrangência dos diferentes Coredes do RS apresenta diferentes formações históricas e diferentes conteúdos sociais, culturais, ambientais e econômicos que condicionam o processo de planejamento do desenvolvimento regional e os seus resultados no desenvolvimento territorial dessas regiões. Mais recentemente, em Projeto de Pesquisa em Rede apoiado pelo Edital Pro-Integração/Capes 55/2013, (sob a coordenação do Programa de Estudos em Gestão Social da EBAPE/FGV), desenvolveram-se estudos sobre experiências de controle social do desenvolvimento regional em quatro países (Equador, Chile, Argentina e Brasil). No Brasil a experiência escolhida foi a de Coredes do noroeste gaúcho. A gestão social, apesar de ser um conceito em construção na academia, já apresenta importantes avanços (TENÓRIO, 2012; CANÇADO, 2013a; 2013b). Neste projeto é entendida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na transparência e inteligibilidade, promovendo a emancipação (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; CANÇADO, 2011). O controle social é hoje uma necessidade para a efetivação da democracia e o combate efetivo à corrupção. Desde a Constituição de 1988 já existem meios para a realização deste controle social via conselhos gestores de políticas públicas. Porém, esses conselhos ainda não realizam plenamente esse papel. A gestão e o controle social do desenvolvimento são entendidos, portanto, como modelo político decisório que tem como um de seus elementos centrais a participação da população na definição das políticas públicas, isto é, a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva constitui-se em pressuposto teórico-normativo. Do ponto de vista teórico, deveria pautar-se em relações dialógicas entre os participantes, que, articulando cooperação e conflito, permitem que a cidadania decida orientada por diversos princípios, em especial os da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social ou bem comum. A questão é se esta é uma visão idealizada, distante da realidade, ou uma possibilidade real na dinâmica de funcionamento da sociedade. Os espaços públicos em que se pratica a gestão social se constituem em processos de cidadania efetivos, que vêm produzindo mudanças, ainda que lentamente, na perspectiva pública dos indivíduos, na cultura da sociedade civil, na postura e modo de agir da sociedade política e no modus operandi da máquina burocrática e dos governos? Ou trata-se de mera retórica? Entende-se que se constitui em processo dialógico, que necessita ser construído e reconstruído permanentemente pelos participantes, para evitar o risco do controle corporativo, político ou administrativo por meio de cooptação e manipulação. Os diferentes arranjos institucionais que atuam na esfera pública, com suas regras, critérios, instâncias e espaços construídos pelos participantes, assumem um determinado desenho que confere operacionalidade ao processo da gestão social e do controle social. Orientada pela dialogicidade e pela intersubjetividade, a prática da gestão social e do controle social é capaz de transformar o modus operandi na definição e execução de políticas públicas e de impactar positivamente a cultura ainda incipiente de uma sociedade civil que se pautar pela solidariedade coletiva, pelo bem comum e pela cidadania republicana? Desta forma, este projeto busca estimular a pesquisa no âmbito de quatro Programas de Pós-Graduação integrantes do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), visando contribuir para a aproximação do construto de gestão

social para o controle social das políticas públicas e do desenvolvimento regional: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unijuí (PPGDR/UNIJUÍ); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unisc (PPGDR/UNISC); Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – mestrado - do Campus Litoral Norte da UFRGS (PGDREDES/UFRGS); e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – mestrado – do Campus Cerro Largo da UFFS (PPGDPP/UFFS). Os lócus prioritários do estudo são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) nos quais estão localizadas as sedes dos quatro programas de pós-graduação integrantes da Pesquisa Rede: Corede Noroeste Colonial, Corede Vale do Rio Pardo, Corede Missões e Corede Litoral. A pesquisa, no entanto, considerará a rede de interfaces entre os arranjos institucionais e espaços públicos com ênfase nos Coredes e nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes). Os Coredes e regiões selecionadas para a pesquisa apresentam características particulares em relação a sua constituição geográfica, histórica e econômica, bem como apresentam diferentes trajetórias em relação ao processo de planejamento do desenvolvimento regional. O projeto visa avançar na construção tanto na perspectiva teórica, como em Caçado (2011), quanto na prática por meio do estudo sobre conselhos, conforme realizado em Allebrandt (2002, 2010) e em Allebrandt e Tenório (2018). A pesquisa será baseada nos critérios de análise para cidadania e desenvolvimento local (TENÓRIO, 2012), bem como nos apontamentos realizados na adaptação desses critérios em Caçado (2013a), Allebrandt (2015), Allebrandt e Tenório (2018) e Caçado e Tenório (2018). Além disso, na primeira etapa da pesquisa, será realizada uma avaliação destes critérios, com vistas ao seu aperfeiçoamento crítico, adequando-os ao contexto das experiências de promoção do desenvolvimento territorial dos Coredes e Comudes. O objetivo central do projeto é analisar as dinâmicas de gestão social e controle social do desenvolvimento praticadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral.

Equipe

O proponente coordenador do presente projeto é Professor Titular e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGDR/UNIJUI).

No entanto, a proposição se constitui em Projeto Rede, integrado por quatro Programas de Pós-Graduação de quatro universidades gaúchas. Além do PPGDR/UNIJUI, o projeto contará com a participação de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – mestrado - do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDREDES/UFRGS); e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – mestrado – do Campus Cerro Largo da Universidade Federal Fronteira Sul (PPGDPP/UFFS).

Estes programas são integrantes do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), criado em 16/04/2012 sob a coordenação do PPGDR/UNISC e que conta hoje com a participação de 25 Programas de Pós-Graduação das áreas de Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas e Ambientais, além de áreas afins.

Desta forma a equipe de 24 integrantes do projeto proposto é constituída por 16 professores pesquisadores, 1 bolsista de pós-doutorado, 5 doutorandos (4 bolsistas) e 2 bolsistas de mestrado, conforme apresentado na plataforma do SIGFAPERGS e no quadro 1.

Quadro 1: Membros do Projeto

Nome	Instituição	Função
Sérgio Luís Allebrandt	PPGDR/UNIJUI	Coordenador(a)
Airton Adelar Mueller	PPGDR/UNIJUI	Pesquisador(a)
Rogério Leandro Lima da Silveira	PPGDR/UNISC	Pesquisador(a)
Cidonea Machado Deponti	PPGDR/UNISC	Pesquisador(a)
Edemar Rotta	PPGDPP/UFFS	Pesquisador(a)
Silvio Cezar Arend	PPGDR/UNISC	Pesquisador(a)
Anelise Graciele Rambo	PGDREDES/UFRGS	Pesquisador(a)
Daniel Claudy da Silveira	Professor da UNISC e da UNIJUI	Pesquisador(a)
Nelson José Thesing	PPGDR/UNIJUI	Pesquisador(a)
Dionéia Dalcin	PPGDPP/UFFS	Pesquisador(a)
Carlos Eduardo Ruschel Anes	PPGDPP/UFFS	Pesquisador(a)
Jaqueline Mallmann Haas	PGDREDES/UFRGS	Pesquisador(a)
Vera Lucia Spacil Raddatz	UNIJUI	Pesquisador(a)

Ricardo de Sampaio Dagnino	PGDREDES/UFRGS	Pesquisador(a)
Daniela Garcez Wives	PGDREDES/UFRGS	Pesquisador(a)
Fernando Guilherme Tenório	PPGDR/UNIJUI	Pesquisador(a)
Patricia Harter Sampaio Stasiak	PPGDR/UNIJUI	Colaborador(a) / Aluno(a) de Doutorado
Tanise Dias Freitas	PPGDR/UNISC	Bolsista Pós-Doutorado
Fabiano Kapelinski	PPGDPP/UFFS	Bolsista Mestrado
Luana Borchardt	PPGDR/UNIJUI	Bolsista Mestrado
Reneo Pedro Prediger	professor da UFFS e doutorando no PPGDR/UNIJUI	Bolsista Doutorado
Taciana Angélica Moraes Ribas	PPGDR/UNIJUI	Bolsista Doutorado
Emanuele Mantovani	PPGDR/UNISC	Bolsista Doutorado
Larissa Zanela Mendes	PPGDR/UNIJUI	Bolsista Doutorado

Caracterização do problema

O Rio Grande do Sul possui uma larga tradição de vanguarda em experiências democráticas que tem por base a participação da sociedade civil organizada em espaços públicos de interação com o Estado e com os governos, tanto no âmbito local quanto no âmbito regional e estadual. Em especial os processos de participação e a descentralização da gestão pública que foram sendo introduzidos na dinâmica da sociedade brasileira de forma gradativa a partir da metade dos anos oitenta do século passado, concomitantemente ao lento processo de redemocratização. Várias destas experiências foram e são estudadas por pesquisadores de várias partes do mundo. O exemplo mais conhecido é sem dúvida o Orçamento Participativo. Somando-se a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e do Fórum Estadual dos Coredes, que já possuem uma trajetória de mais de 28 anos, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento que se constituíram nos municípios gaúchos há já pelo menos 17 anos, sem esquecer a Consulta Popular com seus também 20 anos, evidencia-se um importante capital social coletivo que ainda necessita ser melhor analisado criticamente. Em especial no que se refere aos Coredes e Comudes, que se constituíram como espaços da sociedade para o debate, planejamento e promoção do processo de desenvolvimento territorial das diferentes regiões, buscando um desenvolvimento estadual mais integrado, harmônico e sustentável.

Neste sentido, a temática do presente projeto é a gestão social e o controle social do desenvolvimento regional praticada nos territórios.

Gestão social tem sido um tema evocado nos últimos anos para acentuar a importância das questões sociais, sobretudo na implementação de políticas públicas. A gestão social aparece como uma alternativa de gestão pública, na qual, nas palavras de Tenório (2002), o cidadão é o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade nas demandas ao Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital. Isto é, a cidadania é vista não apenas como a base da soberania de um Estado-nação, mas também como expressão do pleno exercício de direitos exigíveis em benefício da pessoa e da coletividade. Tenório (1998), ao estabelecer uma perspectiva conceitual para a gestão social com base no paradigma habermasiano, recupera os conceitos de ação social presentes na teoria da ação comunicativa. Com base em Habermas este autor opta por contrapor ao conceito de ação estratégica o de ação comunicativa. Faz esta opção porque a ação teleológica se amplia, convertendo-se em ação estratégica, quando no cálculo de um ator na busca de seu êxito intervém a expectativa de decisões de outro(s) ator(es) que também atua(m) na busca de seu(s) objetivos.¹

Assim, o conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo

¹ Ao longo deste projeto, alguns parágrafos da caracterização do problema, fundamentação e metodologia foram extraídos de capítulos do volume 2 Livro Controle Social de Territórios: teoria e prática, organizado pelo proponente e pelo professor Fernando Tenório, também integrante da equipe desta proposta.

social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm igual direito à fala, sem nenhum tipo de coação.

A dinâmica da sociedade ocorre pela interação dos três segmentos básicos que a compõem – o Estado, o mercado e a sociedade civil. Hoje se defende a necessidade de uma articulação entre estes segmentos que se pautem numa divisão de poder equilibrada e, para isso, é fundamental que a sociedade civil deixe de ser vista como cliente, alvo ou meta. A sociedade civil precisa, isso sim, se constituir em protagonista privilegiado deste processo de articulação, em igualdade de condições, empoderada e corresponsável.

Por isso a definição de gestão social está apoiada no conceito de cidadania deliberativa, que significa que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Espaços nos quais se articulam diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção. Entende a gestão social como o processo gerencial decisório deliberativo coletivo que procura atender às necessidades de um município, uma sociedade, região, território ou sistema social específico, quer vinculado à produção de bens quer à prestação de serviços.

Uma democracia deliberativa deve assim constituir-se em processo de institucionalização de espaços e mecanismos de discussão coletiva e pública, com vistas a decidir o interesse da coletividade. Partindo de um processo cooperativo e dialógico, cabe aos cidadãos – reunidos em espaços públicos – a legitimidade para decidir as prioridades e resoluções levadas a cabo nas arenas institucionais do sistema estatal. Não se trata, portanto, apenas de influência ou orientação informal, trata-se de definição dos cidadãos, de cogestão das políticas públicas.

Quer consideremos o questionamento do mito republicano de integração no caso francês ou do Estado-Providência no primeiro mundo, ou do questionamento do Estado-Desenvolvimentista na América Latina, dando lugar ao Estado mínimo neoliberal, consequência da reestruturação produtiva e organizativa do sistema capitalista, a questão das relações sociais e a sua reatualização é tarefa que se impõe. E esta é uma tarefa que tem a ver com governança territorial, com a gestão do desenvolvimento ou, em última análise, com gestão social.

Como afirma Tânia Fischer (2002), se a Torre de Babel das escrituras bíblicas desafiou o poder divino, as torres do World Trade Center desafiaram simbolicamente a capacidade de gestão dos humanos no século 21. Para esta autora, “os elos cognitivos entre poderes locais, desenvolvimento e gestão são evidentes neste início de milênio em que o poder ganha significados inéditos, forte acento étnico e exacerbado localismo” (FISCHER, 2002, p. 12).

Assim, poder, desenvolvimento e gestão passam a ser três elementos integrados que moldam as – e são moldados pelas – relações sociais que se constroem/reconstroem numa lógica de desafios do multiculturalismo e do discurso identitário, enquanto manejo da diferença em nossa sociedade. Por isso, “a análise dos poderes locais [e

regionais] remete às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas” (FISCHER, 2002, p. 13).

As relações de poder são reveladas e construídas/reconstruídas na concretude das ações cotidianas da vizinhança da quadra, dos bairros, dos distritos, da cidade, do município e das regiões. Nesses espaços territoriais formas tradicionais de planejamento e gestão convivem com inovações (organizativas, metodológicas, instrumentais e processuais) que incorporam as diferenças no interior de seu recorte ao construir sua identidade, mas que convivem com outras inovações incidentes sobre os mesmos espaços, tendo cada uma delas a sua própria identidade. Constituem-se num recorte multifacetado de práticas e experiências que podem integrar-se em redes e novos desenhos interorganizacionais em que os atores individuais e coletivos acabam no final sendo os mesmos.

Os significados dos fenômenos e da ação administrativa na esfera pública reclamam a emergência/urgência em adotar novas práticas gerenciais e de governança, formas de gestão que se constituam em pedagogia social processual, na qual se aprende mais pelos erros que pelos acertos. A gestão dos processos de desenvolvimento voltada ao local/regional carrega os riscos da reificação da comunidade e da cultura locais. Daí a importância, lembrando Boaventura de Sousa Santos, de um localismo cosmopolita e plural que possibilite espaços de ação em que esteja presente a pluridiversidade com as comunidades constituindo-se em nós de redes de interorganizações que articulem ações locais com estratégias alternativas em escalas regional, nacional e global.

Não se pode pensar o desenvolvimento territorial sem articular os conceitos de participação, cidadania, democracia e descentralização, posto que eles estão imbricados nas práticas sociais desenvolvidas tanto pelos governos como pela sociedade civil e, por essa razão, desconsiderar um deles ou tomar um pelo outro pode gerar entendimentos parciais. É preciso ter uma visão caleidoscópica, múltipla, acerca das inter-relações entre as instâncias, porque, se as relações são dialéticas, as possibilidades de compreendê-las na sua pluralidade e interdependência são fundamentais para romper com a dicotomia Estado *versus* sociedade civil. Para viabilizar solidariedade é necessário romper com as separações e passar à constituição de laços comuns. Nesse aspecto, são imprescindíveis a educação e a valorização da cidadania.

A abordagem conceitual de desenvolvimento tem gerado debates que, segundo Siedenberg (2012), são redundantes e excessivamente supérfluos no sentido de produzir algo novo que transcenda o que já existe sobre o assunto. A discussão e a formulação de estratégias ou políticas de desenvolvimento têm como pressuposto básico a definição precisa do que é e do que se entende por desenvolvimento, e que enquanto isso não ocorrer toda e qualquer ação política pode ser apresentada como uma contribuição ao desenvolvimento, mas não uma real contribuição para a melhoria das condições de vida.

Allebrandt (2007) reforça que durante décadas a noção de desenvolvimento baseou-se na ideia de que os fatores econômicos eram preponderantes para que as nações e as sociedades evoluíssem e que os divulgadores desta concepção partiam do princípio de que havia em cada país um Estado apto a identificar as necessidades da sociedade e capaz de atender estas necessidades por meio de políticas públicas adequadas. A partir da década de 70, porém, com o choque do petróleo, o aumento dos juros internacionais e a constatação de que o modelo vigente não conseguiu promover o desenvolvimento nas nações periféricas, passou-se a propor um modelo de desenvolvimento pautado na teoria neoliberal, que considerava que o Estado – corrupto e ineficiente – deveria retirar-se do comando da economia, deixando o mercado, livre das intervenções do Estado, alavancar o processo de desenvolvimento e a consequente distribuição da riqueza e da renda. Nações no mundo todo passaram a pôr em prática reformas estruturais do Estado, na busca do Estado mínimo eficiente e eficaz. No final dos anos 90 constata-se que o modelo neoliberal não conseguiu solucionar os problemas de desenvolvimento no mundo, mas, pelo contrário, contribuiu para aprofundar os processos de concentração do capital, aumento da carga tributária e exclusão social.

A partir dos anos 90 o desenvolvimento tem se constituído em temática frequente de acadêmicos, planejadores, políticos, gestores públicos, movimentos sociais e de todos que direta ou indiretamente se envolvem com as constatações de carências e de estreiteza da base econômica de áreas com menor grau de dinamismo. Por outro lado, intensifica-se o debate sobre a gestão local e regional do desenvolvimento, que se deu a partir dos anos 80 em todo o mundo. Não se aceita mais as abordagens teóricas que consideram o Estado Nacional e as grandes empresas como os únicos agentes do desenvolvimento.

Para Tenório, Dutra e Magalhães (2004) a questão do desenvolvimento passou a ser discutida através do local, isto é, passou a constituir-se em processo estruturado a partir dos próprios atores locais, enfatizando ações de desenvolvimento com vocações e apelo local, e não mais pelo planejamento centralizado. O desenvolvimento local é determinado ou condicionado por um conjunto de dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, dimensões que mantêm relativa autonomia umas em relação às outras.

O desenvolvimento regional tem sido objeto de inquietações de diversos segmentos da sociedade, e, como lembra Tenório (2007a), há os que defendem a posição de que os mecanismos de mercado terminam funcionando no sentido de reduzir as disparidades intra e inter-regionais, e os que afirmam serem os mecanismos de mercado naturalmente concentradores, portanto aumentando a desigualdade.

Tenório, Dutra e Magalhães (2004) analisam o desenvolvimento local sob o olhar da cidadania deliberativa, que parte do entendimento de que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

Dowbor (1999) defende a construção de um novo tripé social, no qual se busque um equilíbrio de poder entre os três segmentos que compõem a sociedade: a sociedade civil, o Estado e o mercado. Reconhecer o poder real do mercado, empoderar a sociedade civil e (re)fortalecer o Estado, mais que uma questão de escolha, é uma questão de articulação. Nessa linha, Tenório (2012) defende a construção da gestão social, participativa, dialógica, em substituição à gestão tecnoburocrática, monológica, estratégica, modelo presente por excelência nos sistemas-governo.

Allebrandt (2012a) observa que a sociedade, estruturada em três grandes segmentos – Estado, mercado e sociedade civil – é desafiada constantemente a construir alternativas de forma articulada que conduzam ao desenvolvimento sustentável, com equidade, liberdade e cidadania plena. Ao longo da História, no entanto, convive-se com períodos em que era hegemônica a visão mercadocêntrica, outros em que era predominante a visão estadocêntrica. Mais recentemente movimentos pretendem viabilizar uma visão sociocêntrica nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil, garantindo assim um protagonismo mais efetivo da sociedade na articulação entre os três segmentos.

Para Tenório (2005), a gestão social é o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, ou seja, é um espaço no qual todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação. Em seu entendimento o conceito de gestão social está apoiado na compreensão da inversão dos seguintes pares de palavras: Estado-sociedade; capital-trabalho e no conceito de cidadania deliberativa. Cidadania deliberativa significa “que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, p. 105).

A possibilidade decisória da cidadania deliberativa considera os conceitos de esfera pública e sociedade civil, essenciais para a sua compreensão. O conceito de esfera pública pressupõe igualdade de direitos individuais, tais como sociais, políticos e civis, e também de discussão, “sem violência ou qualquer outro tipo de constrangimento, de problemas, por meio do diálogo entre os participantes do debate” (TENÓRIO, 2016b, p. 16). Os conselhos municipais deveriam, portanto, ser casos de esfera pública, por serem espaços nos quais as pessoas apresentam suas inquietações por meio de entendimento mútuo. A esfera pública deve identificar, compreender, problematizar e propor soluções aos problemas da sociedade, de um município, de um bairro, de uma comunidade, etc., a ponto de que essas soluções contribuam para o desenvolvimento ou controle de políticas públicas, ou ainda, que estas propostas possam contribuir com o poder Executivo municipal ou Câmara de Vereadores, que são poderes públicos constituídos.

Na América Latina a descentralização esteve associada, a partir dos anos 80, aos processos de redemocratização, à crise fiscal dos governos centralizados e a problemas de governabilidade. De certo modo, porém, esta descentralização representava um desmembramento do Estado, ou seja, a redução da influência da esfera pública e a valorização dos interesses privados. O que finalmente retomou e aprofundou o sentido federalista da República do Brasil foi a Constituição de 1988. A garantia institucional de

que a população tomaria parte nas decisões, por meio de seus representantes, foi garantida pela Carta Magna e isto representou uma mudança significativa nas condições de descentralização.

Mesmo tendo reforçado a Federação brasileira, a Constituição de 1988 deixou muitas lacunas, principalmente ao não planejar uma estrutura intermediária entre Estado e municípios. Na tentativa de minimizar estas lacunas foi prevista a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, cuja competência de defini-las coube aos Estados.

Está estabelecido na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que a definição de diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento estadual e regional deve ser feita por órgão específico, com representação paritária do governo do Estado e sociedade civil, composto por trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, entre outros (Art. 167). O Art. 149 estabelece ainda que os orçamentos anuais e lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o Plano Plurianual, deverão ser regionalizados, tendo como finalidade reduzir as desigualdades sociais e regionais (RIO GRANDE DO SUL, Constituição, 1989).

Pensada, portanto, sob essa ótica de processo (e como formulação em si), a ideia de uma “gestão social” convida para sua própria desconstrução, pois há uma interrogação primordial que segue tal formulação: Qual gestão não é social? (FRANÇA FILHO, 2008). Evidentemente que se trata aqui de um questionamento contemporâneo em administração, pois não se imagina hoje uma gestão sem o envolvimento das pessoas ou sem relacionamento humano. Toda gestão pressupõe, portanto, uma dimensão necessariamente social, o que torna redundante uma formulação do tipo “gestão social”. No mesmo texto, porém, afirma que se trata de uma gestão voltada para o social. Dessa forma, a gestão social definir-se-ia pela sua finalidade. Ele reforça a ideia de que é uma inovação no campo da teoria e da prática administrativa porque a compreensão de gestão não é orientada para a finalidade econômica.

De acordo com Cançado, Tenório e Pereira (2011), a delimitação do campo da gestão social é para criar fronteiras para serem modificadas com os estudos e a prática na área. Para eles o conceito pode ser apresentado como “a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (2011, p. 697).

Vinculado ao conceito de **gestão social** está o termo **controle social**. As discussões sobre o controle social vêm ganhando novos espaços nos meios acadêmicos, haja vista que muitos estudiosos têm direcionado suas pesquisas a este tema. No Brasil, a expressão Controle Social ganhou importância a partir do processo de democratização, na década de 1980 (BRAVO; CORREIA, 2012), em especial a partir da Constituição de 1988, a qual institucionalizou mecanismos de participação social nas políticas públicas.

O termo controle social é concebido de maneira diferente na sociologia e na ciência política e econômica. Na sociologia é empregado para designar os mecanismos que

estabelecem a ordem social, disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Mannheim (1971, p. 178) define controle social como o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”. Enriquez (1983), no mesmo sentido, conceitua o controle social como sendo aquele que relaciona as formas de poder e dominação exercidos pelo Estado sobre o corpo social, ou seja, a sociedade. Este controle social tem a finalidade de garantir a ordem, as relações de poder entre Estado e Sociedade e a execução de objetivos do Estado.

Já na teoria política e econômica o tema controle social admite interpretações diversas, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de concepções distintas de Estado e de sociedade civil. É empregado tanto para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para orientar o controle da sociedade sobre o Estado, assegurando a soberania popular.

Oliveira (2003) compreende que o controle social é uma ferramenta da gestão participativa, sendo um instrumento implementador da democracia e da cidadania. O controle social, portanto, é entendido como a participação da população na elaboração, execução e fiscalização das políticas sociais. Assim,

[...] a expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos de 1980. A utilização da expressão com este sentido foi propiciada pela conjuntura de lutas políticas pela democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar (BRAVO, 2012).

Com uma efetiva participação da sociedade e com uma proposta deliberativa de uma gestão compartilhada, o controle social é exercido por meio da interação de atores sociais que promovem um monitoramento coletivo (TENÓRIO, 2016b). Para este autor o significado de controle social “caracteriza-se por ter origem nos direitos fundamentais e diversos são os significados para esse tipo de direito: liberdades públicas, direitos do homem, direitos humanos e direitos subjetivos” (TENÓRIO, 2016b, p.23). Também Correia (2002) entende que o controle social envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferência na gestão pública, orientando as ações do Estado na direção dos interesses da maioria da população.

O significado de controle social, portanto, caracteriza-se por ter origem nos direitos fundamentais, e diversos são os significados para este tipo de direito: liberdades públicas, direitos humanos e direitos públicos subjetivos. De acordo com Vanderlei Siraque, “são três as gerações de direitos fundamentais” (Siraque, 2005, p. 23), das quais, para este estudo, a primeira geração é aquela que contribui para a discussão do controle social. Os direitos de primeira geração

abarcam os direitos individuais e políticos cujo escopo é resguardar as liberdades individuais oponíveis ao Estado e instrumentalizar a participação popular. É nesta geração de direitos que se encontram os fundamentos da

participação popular [participação cidadã] e do controle social das atividades do Estado (SIRAQUE, 2005, p. 23).

Ainda, o controle social seria o

ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo (SIRAQUE, 2005, p. 103).

O ato de controlar mostra como a sociedade se posiciona perante as ações originadas nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Enquanto no controle institucional os agentes públicos têm o poder e o dever legal de fiscalizar, controlar os atos das atividades estatais, sob pena de responsabilidade política e criminal, no controle social o cidadão não possui nenhuma obrigação legal de fiscalizar e controlar, mas tem a faculdade garantida pela Constituição de adentrar na intimidade da Administração Pública para fiscalizá-la, com *animus sindicandi*, e submetê-la à soberania popular. O cidadão apresenta apenas o dever cívico e de consciência política e cidadã de fazer controle, como membro da polis, mas não tem obrigação jurídica de fazer o controle social (SIRAQUE, 2005, p. 104).

Para Demo (2001, p. 13), o controle social pode ser definido como a “[...] capacidade da população de manter sob seu controle o Estado e o mercado, de tal sorte que prevaleça o bem comum”. O controle social então compreende a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública e é hoje uma necessidade para a efetivação da democracia e o combate efetivo à corrupção. Desde a Constituição de 1988 já existem meios para a realização deste controle social via conselhos gestores de políticas públicas. Porém, esses conselhos ainda não realizam plenamente esse papel.

A gestão e o controle social do desenvolvimento são entendidos, portanto, como modelo político decisório que tem como um de seus elementos centrais a participação da população na definição das políticas públicas, isto é, a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva constitui-se em pressuposto teórico-normativo. Do ponto de vista teórico, deveria pautar-se em relações dialógicas entre os participantes, que, articulando cooperação e conflito, permitem que a cidadania decida orientada por diversos princípios, em especial os da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social ou bem comum. A questão é se esta é uma visão idealizada, distante da realidade, ou uma possibilidade real na dinâmica de funcionamento da sociedade.

Os espaços públicos em que se pratica a gestão social se constituem em processos de cidadania efetivos, que vêm produzindo mudanças, ainda que lentamente, na

perspectiva pública dos indivíduos, na cultura da sociedade civil, na postura e modo de agir da sociedade política e no modus operandi da máquina burocrática e dos governos? Ou trata-se de mera retórica? Entende-se que se constitui em processo dialógico, que necessita ser construído e reconstruído permanentemente pelos participantes, para evitar o risco do controle corporativo, político ou administrativo por meio de cooptação e manipulação.

Os diferentes arranjos institucionais que atuam na esfera pública, com suas regras, critérios, instâncias e espaços construídos pelos participantes, assumem um determinado desenho que confere operacionalidade ao processo da gestão social e do controle social.

Orientada pela dialogicidade e pela intersubjetividade, a prática da gestão social e do controle social é capaz de transformar o modus operandi na definição e execução de políticas públicas e de impactar positivamente a cultura ainda incipiente de uma sociedade civil que se pautar pela solidariedade coletiva, pelo bem comum e pela cidadania republicana?

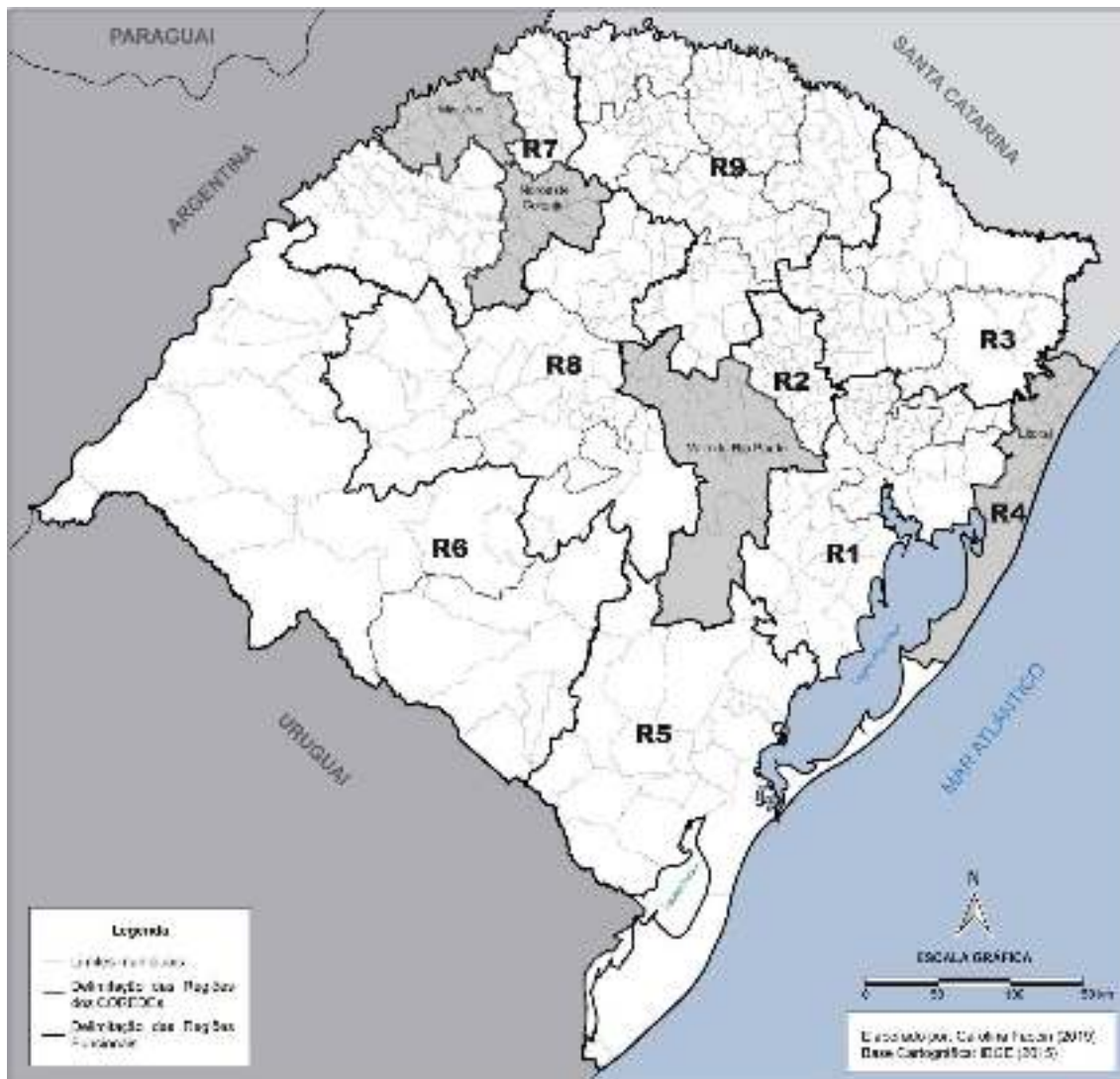
Desta forma, **este projeto** busca estimular a pesquisa no âmbito de quatro Programas de Pós-Graduação integrantes do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), visando contribuir para a aproximação do construto de gestão social para o controle social das políticas públicas e do desenvolvimento regional: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unijuí (PPGDR/UNIJUÍ); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unisc (PPGDR/UNISC); Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – mestrado - do Campus Litoral Norte da UFRSGS (PGDREDES/UFRGS); e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – mestrado – do Campus Cerro Largo da UFFS (PPGDPP/UFFS).

Os lócus prioritários do estudo são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) nos quais estão localizadas as sedes dos quatro programas de pós-graduação integrantes da Pesquisa Rede: Corede Noroeste Colonial, Corede Vale do Rio Pardo, Corede Missões e Corede Litoral. A pesquisa, no entanto, considerará a rede de interfaces entre os arranjos institucionais e espaços públicos com ênfase nos Coredes e nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes).

O recorte empírico da pesquisa, constituído, portanto, pelos territórios dos quatro Coredes mencionados acima, está identificado na figura 1.

Os Coredes e regiões selecionadas para a pesquisa apresentam características particulares em relação a sua constituição geográfica, histórica e econômica, bem como apresentam diferentes trajetórias em relação ao processo de planejamento do desenvolvimento regional.

Figura 1 - Coredes selecionados para a pesquisa e respectivas regiões funcionais de planejamento.



Fonte: Elaborado por Carolina Faccin

O Corede Litoral, criado em agosto de 1991 é formado por 21 municípios, quais sejam: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Sua extensão territorial é de 7.115,8 km² e em 2017 possuía uma população total de 342.431, resultando em uma densidade demográfica média de 47,8 habitantes/km² (FEE DADOS, 2019).

O Corede Litoral é considerado uma das regiões mais pobres do estado, vigorando entre os quatro piores Índices de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 2015. Outra característica marcante é o fato de ser uma região que tem apresentado maior taxa de

crescimento populacional do Estado (XERXENEVSKY; FOCHEZATTO, 2015), atraindo um contingente considerável de aposentados, que buscam, dentre outros, qualidade de vida em cidades mais seguras com boa trafegabilidade, segurança e infraestrutura (RAMOS, 2014; JARDIM; BARCELOS, 2005). Próximos à beira-mar, estão os municípios com caráter urbano, voltados economicamente para o turismo de veraneio. Esta causa um considerável inchaço populacional durante o verão que atinge o patamar de 140% frente a população total da região costeira durante a baixa temporada (ZUANAZZI; BARTELLS, 2016). Já os demais municípios apresentam características rurais marcantes, sendo que em vários deles, há mais de 70% da população vivendo no espaço rural. Nestes municípios predomina a agricultura familiar de produção diversificada. Há de se ressaltar que no Corede Litoral há uma população culturalmente diversa, incluindo grupos que compõem a sociodiversidade brasileira incluindo povos indígenas, quilombolas e pescadores, além de descendentes de imigrantes europeus. A região comporta ecossistemas frágeis e com delicado manejo. Algumas de suas áreas se encontram protegidas pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Há um total de oito reservas, sendo cinco de Proteção Integral e três de Uso Sustentável (COELHO-DE-SOUZA et al., 2013).

O Corede do Vale do Rio Pardo (Corede-VRP), criado em dezembro de 1991, está localizado na região centro oriental do estado do Rio Grande do Sul e tem como região de abrangência o território formado por 23 municípios. A saber: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Sua extensão territorial abrange uma área de 13.171,7 km² e atualmente possui uma população de aproximadamente 408.583 habitantes, resultando em uma densidade demográfica média de 31,02 habitantes/km² (FEE, 2016).

A maior parte dos municípios da região do Vale do Rio Pardo é constituída de pequenos municípios com uma estrutura produtiva organizada na cultura do tabaco, através da agricultura familiar e em pequenas propriedades rurais, cuja dimensão, em média, são de 15 hectares (IBGE, 2017). A economia regional é dominada pela produção agroindustrial do tabaco, principalmente, a partir de meados da década de sessenta, quando do incremento da internacionalização da agroindústria do tabaco. Mais recentemente, a partir dos anos noventa, tiveram início os processos de reestruturação produtiva do próprio complexo agroindustrial do tabaco e de reestruturação da economia urbana das principais cidades da região, através da ampliação e diversificação das atividades vinculadas ao setor de comércio e serviços, com profundas implicações sociais, econômicas e territoriais no âmbito regional.

O Corede/VRP possui uma trajetória importante de construção participativa no planejamento regional, que iniciou com a construção do seu primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional em 1997-1998, prosseguiu com a elaboração da Agenda 21 Regional, em 2003, incorporando a preocupação com o desenvolvimento

sustentável, e avançou com o desenvolvimento do seu segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional em 2009-2010, este com o apoio do Fórum dos Coredes, Governo Estadual do Rio Grande do Sul e do Ministério da Integração Nacional. Em 2017, o Corede/VRP, dando continuidade a esse processo de planejamento, realizou a revisão e atualização do seu Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional.

O Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial (Corede Norc) foi criado em 1991, e é composto por onze municípios uma área territorial de 5.168 km²: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara. Ijuí se destaca como centro não só do Corede, mas também de outros municípios importantes de Coredes próximos, embora Panambi desponte como principal centro da Indústria de Transformação regional, devido ao crescimento do segmento de máquinas e equipamentos. O Corede Norc, pertencente à Região Funcional 7, possui uma estrutura agropecuária voltada à criação de bovinos de corte e de leite e ao cultivo de grãos. A Indústria possui vinculação com o setor primário, destacando-se a produção de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária e os laticínios. Sendo assim, a economia da Região como um todo depende do desempenho da agropecuária, sofrendo impactos quando da queda dos preços dos produtos agrícolas ou das estiagens que atingem o Estado. Embora se localize em uma região de perdas populacionais, apresentou crescimento da população no período 2000-2010. A população estimada pelo IBGE para 2017 foi de 181 mil habitantes. A Região também se destaca por apresentar bons indicadores de Educação, especialmente na taxa de matrículas no Ensino Médio. O alto dinamismo da Agropecuária da Região explicita a necessidade da conservação do solo e de boas práticas para o uso da água, extremamente demandada para utilização no plantio. A irrigação também é uma necessidade, devido aos frequentes períodos de secas e estiagens. Além disso, são fundamentais ações para melhorias no saneamento básico, especialmente no que se refere a banheiros ligados à rede geral ou fossa séptica.

A Região do Corede Norc está incluída na Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. O Comitê da Bacia do Rio Ijuí tem monitorado as principais variáveis ambientais e tem proposto ações no sentido de melhoria das condições ambientais na área da Bacia. Um aspecto especial é a presença de águas com características minerais alcalinos. São vários os pontos em que águas com estas características afloram em suas nascentes ou são encontradas em perfurações do subsolo. Na região existem duas engarrafadoras de porte que exploram esta riqueza mineral.

O Conselho Regional de Desenvolvimento Missões foi criado em 1991 e também integra a Região Funcional 7. É composto por vinte e cinco municípios, numa área territorial de 12.855,5 km²: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões. O COREDE Missões está localizado na fronteira do Brasil com a Argentina. Embora possua

proximidade física em relação ao território vizinho, não apresenta uma economia integrada com a região de fronteira argentina, contribuindo para isso a falta de infraestrutura rodoviária de ligação na área separada pelo Rio Uruguai. A população estimada pelo IBGE para 2017 foi de 250 mil habitantes. No entanto, no período 2000-2010, foi o Corede com menor taxa de crescimento populacional no Estado, perdendo população. Isso parece estar relacionado à falta de dinamismo econômico da Região. O Corede Missões possui uma base econômica mais voltada à Agropecuária em relação à média estadual, com pouca participação da Indústria. Na Agropecuária, se destacam a criação de bovinos e suínos, além do cultivo do milho, do trigo e da mandioca. A Indústria, pouco significativa, está ligada ao beneficiamento de produtos primários. Outro importante ativo da Região é o turismo histórico e cultural. Nos indicadores sociais, a saúde e a geração e apropriação de renda se encontram em níveis preocupantes. A educação se encontra em posição melhor, embora detenha importante percentual de população adulta com Ensino Fundamental incompleto. A infraestrutura de transportes apresenta deficiências no modal rodoviário, com cinco municípios ainda sem acesso asfáltico. O modal hidroviário é subaproveitado, pois possui potencialidades, especialmente no Rio Uruguai. A infraestrutura de saneamento também apresenta deficiências, principalmente no número de banheiros ou sanitários ligados à rede geral ou fossa séptica.

O projeto visa avançar na construção tanto na perspectiva teórica, como em Cançado (2011), quanto na prática por meio do estudo sobre conselhos, conforme realizado em Allebrandt (2002, 2010) e em Allebrandt e Tenório (2018).

A pesquisa será baseada nos critérios de análise para cidadania e desenvolvimento local (TENÓRIO, 2012), bem como nos apontamentos realizados na adaptação desses critérios em Cançado (2013a), Allebrandt (2015), Allebrandt e Tenório (2018) e Cançado e Tenório (2018). Além disso, na primeira etapa da pesquisa, será realizada uma avaliação destes critérios, com vistas ao seu aperfeiçoamento crítico, adequando-os ao contexto das experiências de promoção do desenvolvimento territorial dos Coredes e Comudes.

O objetivo central do projeto é analisar as dinâmicas de gestão social e controle social do desenvolvimento praticadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar as dinâmicas de gestão social e controle social do desenvolvimento praticadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral

Objetivos específicos:

- a) Aprofundar o conhecimento teórico sobre gestão social e controle social do desenvolvimento regional;
- b) contribuir no processo de desenvolvimento de metodologia de avaliação, aperfeiçoando a matriz de categorias e critérios de análise para monitorar e avaliar as práticas de gestão social em organizações e espaços públicos voltadas ao controle social do desenvolvimento regional (conselhos de políticas públicas, conselhos municipais e regionais de desenvolvimento, fóruns);
- c) desenvolver um instrumento de coleta de dados para aperfeiçoamento da análise da gestão e controle social pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento tendo como base de análise os Conselhos Noroeste Colonial, Missões, Vale do Rio Pardo e Litoral;
- d) contribuir para o fortalecimento do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), da Rede Ibero-americana de Desenvolvimento Territorial e de Governança (REDETEG), da Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) por meio da disseminação da temática e do aumento da produção científica na área.

Metodologia e estratégia de ação

Este estudo inscreve-se no paradigma da teoria crítica ou no enfoque crítico-dialético. No que se refere à dimensão da natureza do objeto a ser conhecido, a Teoria Crítica caracteriza-se por uma ontologia crítico-realista, a crença em uma realidade objetiva que deve ser desvelada. Já no que diz respeito à relação conhecedor/conhecido, a referida teoria adota uma epistemologia subjetivista, uma vez que os valores do pesquisador estão presentes tanto na escolha do problema como em todo o processo de investigação. Por fim, na dimensão metodológica, referente ao processo de construção do conhecimento, a Teoria Crítica adota uma metodologia dialógica, transformadora, coerente com o objetivo de aumentar o nível de consciência dos sujeitos com vistas à transformação social (grifos nossos) (GUBA, citado por ALVES- MAZZOTTI, 1998).

Em primeiro lugar, esta postura teórica considera que a complexidade e a natureza dinâmica do mundo social orientam os pesquisadores essencialmente a investigar significados ao invés de prever e controlar (NOGUEIRA, 2001).

Em segundo lugar, nenhuma verdade única e neutra é possível nas Ciências Sociais, pois a descrição ou explicação de um fenômeno social reflete inevitavelmente o entendimento do observador/pesquisador e dos seus valores e interesses (FAIRCLOUGH, 2001; NOGUEIRA, 2001).

Em terceiro lugar, nesta abordagem epistemológica o conhecimento obtido pela pesquisa é sempre parcial e situado, específico às situações e períodos particulares e não universalmente aplicável (FAIRCLOUGH, 2001; NOGUEIRA, 2001).

Na perspectiva filosófica que orienta a posição teórica desta pesquisa, a escolha da metodologia evidencia as opções teóricas e as intencionalidades dos pesquisadores. Desta forma, pode-se dizer que os conhecimentos construídos neste estudo serão marcados pela subjetividade dos pesquisadores/cidadãos e pela interatividade em vários níveis: dos pesquisadores/cidadãos com o campo empírico e com outros sujeitos envolvidos no processo, dos pesquisadores/cidadãos com os autores que discutem este assunto e dos pesquisadores/cidadãos consigo mesmos. Portanto, este estudo acontecerá permeado pela intersubjetividade e interdiscursividade, que é o lugar do diálogo e da visão plural.

Salienta-se que estes processos interativos pressupõem movimento dialógico e, desta forma, possibilitam compreender a dinamicidade da vida e do conhecimento que é gestado dinamicamente na trama social e interdiscursiva, evidenciando-se manifestados através de discursos (documentos legais, debates, entrevistas, questionários, relatórios, depoimentos) da observação participante e não-participante, da experiência pessoal e, também, de práticas sociais em diversas instâncias. Assim, procurar-se-á dar significados e sentidos tanto às próprias práticas e estudos quanto às práticas desenvolvidas por e com outros, pois se acredita que há uma dupla constituição do ser humano, que é singular e também social. Nessa perspectiva, fala-se de um sujeito interativo que se constitui e é constituído nesse movimento que sempre acontece

mediado pela linguagem e pelo outro. A linguagem estrutura-se em espaços sócio-históricos específicos e representa um conjunto de práticas de produção de significados resultantes da história e da cultura. As práticas sociais das quais se fez a interpretação estão inseridas em contextos e processos históricos específicos e são constituídas pelas produções discursivas e tem gerado avanços e mudanças significativas (embora ainda insuficientes, isso porque as relações de poder são assimétricas) nas políticas públicas e também na produção de conhecimentos.

Parte-se, portanto, do entendimento de que a metodologia, processual, contribui para aprofundar estudos interpretativos, por isso, se reconstrói no desenvolvimento da pesquisa, tecendo-se e articulando-se processualmente, considerando o tema estudado, o contexto social e as formas simbólicas circundantes. A pesquisa e seus resultados, por sua vez, também, são narrativas inacabadas, pois sempre que se quiser podem ser reescritos, reinterpretados.

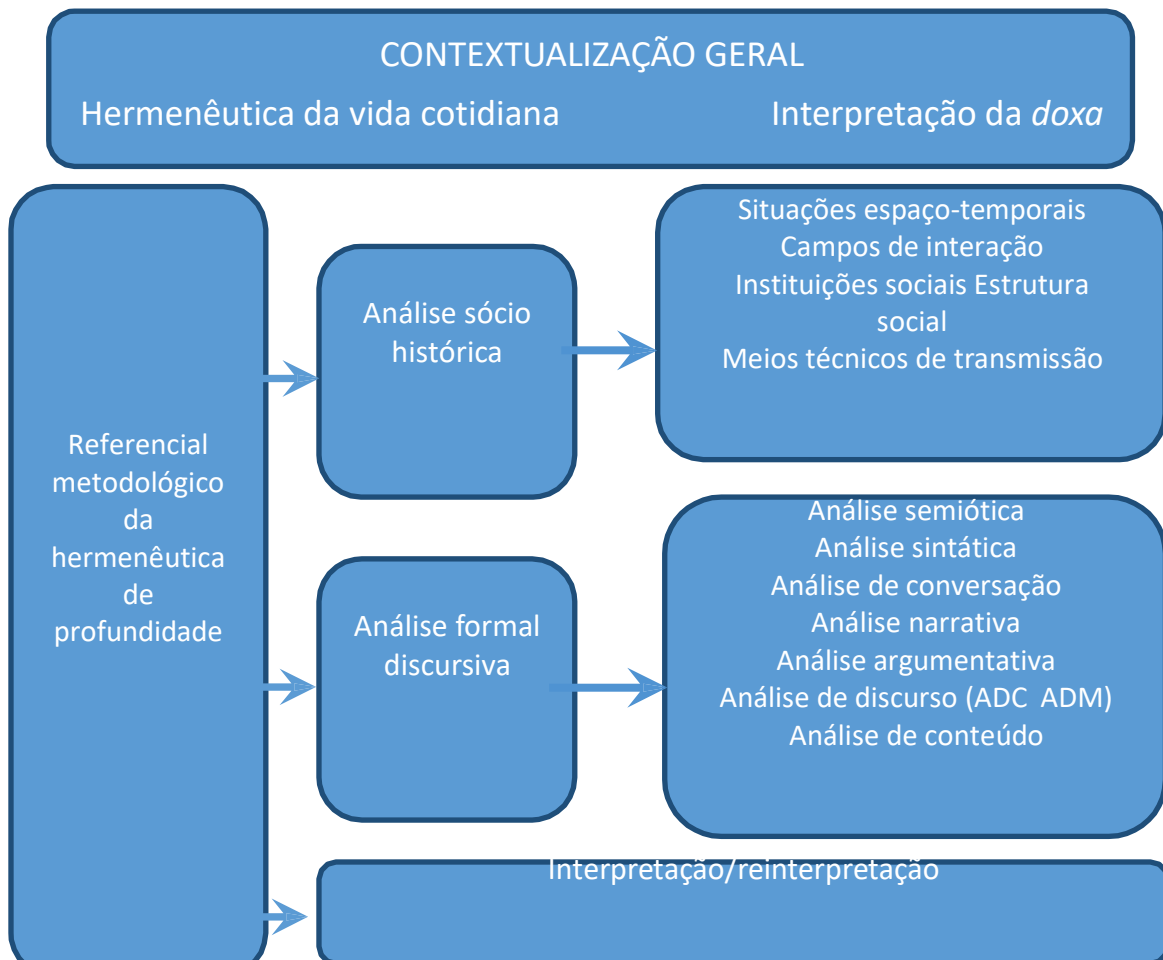
O referencial metodológico está ancorado nos pressupostos enunciados por John Thompson (1995) para quem o estudo das formas simbólicas é fundamentalmente e indubitavelmente um problema de compreensão e interpretação. Os processos de compreensão e interpretação são vistos, pois, não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que é ao mesmo tempo complementar e indispensável a eles. Na investigação social, o objeto de nossas investigações é, ele mesmo, um território pré-interpretado. O mundo sócio-histórico não é apenas um campo objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor (THOMPSON, 1995).

O autor propõe o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (HP) e esclarece que o mesmo se delineia a partir da concepção de análise cultural. Esta possibilidade metodológica, que permite articulações de diferentes métodos em diferentes estágios do processo de pesquisa, atraiu e favorece este estudo qualitativo no âmbito de Coredes e Comudes, que, pela especificidade e complexidade das ações no estado gaúcho, pressupõem diferentes níveis de articulação de instituições e da sociedade civil, além da produção de discursos em geral e documentos legais em particular, atendendo especificidades das regiões no que se refere às políticas públicas.

No processo de pesquisa, o cotidiano e os ditos dos diferentes sujeitos são importantes, porém Thompson (1995) adverte que não basta fazer a interpretação da doxa (opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social), como se isso fosse o estudo das formas simbólicas. Por isso sugere fazer uma ruptura metodológica com a hermenêutica da vida quotidiana, ir para outro nível de análise, pois as formas simbólicas são também construções estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas. Thompson (1995) define três fases dentro do enfoque da HP, ou seja, análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e

interpretação/reinterpretação (Figura 2), porém alerta que a maneira de aplicação e os instrumentos são da escolha do pesquisador.

Figura 2 – As fases do método da hermenêutica em Profundidade



Fonte: Allebrandt (2016), adaptado de Thompson (2011)

A primeira fase da HP consiste na reconstrução das condições sócio-históricas de produção, circulação e concepção das formas simbólicas, do exame das regras e convenções, das relações sociais e instituições e da distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude dos quais esses contextos constroem campos socialmente estruturados. Neste estudo, o foco estará voltado às instituições Comudes e Coredes, que são espaços públicos envolvidos na promoção do desenvolvimento local e regional, na prática da cidadania participativa e no controle social das políticas públicas. Para tanto se buscará recuperar elementos e traços marcantes dessas trajetórias e contextos históricos.

A segunda fase descrita por Thompson (1995, p. 369), aborda como os objetos e as expressões são “construções simbólicas complexas, através das quais algo é expresso ou dito sobre alguma coisa, e apresentam uma estrutura articulada, se faz necessário a análise formal ou discursiva mediante [...] análise da estrutura narrativa e análise argumentativa” (grifos do autor). Este tipo de análise particularmente contribui para

compreender o objeto de estudo, já que possibilita um olhar mais atento a certos ditos, além de propiciar o cotejo entre eles.

A terceira fase do enfoque da HP, descrita por Thompson (1995) corresponde a de interpretação/reinterpretação. Parte-se da análise formal ou discursiva e os resultados da análise sócio-histórica, considerando, também, as instâncias de produção, transmissão e recepção das mensagens, mas exige um movimento novo do pensamento, pois procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados, ou seja, uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito.

Esse processo de reinterpretção (em nível de profundidade) considera, mas ultrapassa a interpretação da doxa (que é mais de superfície), o que gera a possibilidade de conflito de interpretações, mas que cria o espaço metodológico descrito como potencial crítico da interpretação.

As categorias e critérios de análise

Cidadania deliberativa significa que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum (LÜCHMANN, 2002; TENÓRIO, 2007b). Esses princípios devem estar presentes como categorias analíticas nos processos de avaliação de dinâmicas de participação e decisão em espaços formais e informais. É com base nesse conceito de cidadania deliberativa que o Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs) elaborou a matriz de categorias e critérios de análise para espaços públicos e respectivos arranjos institucionais (Quadro 1), que passou a orientar os estudos de diversos grupos de pesquisa organizados em rede. Também o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC) do PPGDR/Unijuí passou a utilizar esta matriz como fonte principal de seus estudos na última década.

Diversos trabalhos anteriores abordam teoricamente estas categorias e critérios de análise (TENÓRIO, 2005, 2007b, 2012; VILLELA, 2012; ALLEBRANDT, 2010, 2012b, 2016; TENÓRIO et al. 2008). Da mesma forma, as categorias e critérios orientaram inúmeras pesquisas empíricas, dissertações e teses, ressaltando-se que diversos destes estudos estão relatados e analisados nos quatro volumes desta coletânea, como também nos quatro volumes publicados no âmbito da Projeto Gestão Social: pesquisa, ensino e prática.

No que se refere aos processos de discussão, parte-se do entendimento de que a discussão ocorre em espaços públicos de argumentação e busca do entendimento em um contexto cidadão. A objetividade de cada intervenção depende do mundo vivido de cada interventor na discussão, pois cada um tem um olhar sobre o mundo, ou seja, uma verdade. No processo de exposição das ideias, no entanto, cada participante passa a formar uma compreensão de suas realidades (intersubjetividade), resultando em um processo de aprendizado, que tem como fim o aporte de soluções aos problemas discutidos e de suas justificativas quanto às escolhas feitas. Os participantes constroem acordos para coordenar seus planos de ação, e o acordo alcançado é avaliado pelo

reconhecimento das pretensões validadas do discurso de cada um (TENÓRIO et al., 2008). A categoria que trata sobre o processo de discussão está apoiada por sete critérios: canais de difusão que avaliam a existência e utilização de canais de difusão/comunicação; qualidade da informação; espaços de transversalidade que dispõem sobre espaços que atravessam setores com o intuito de integrar diferentes pontos de vista; pluralidade do grupo promotor, que versa acerca do compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores; órgãos existentes, que visam observar se ocorre o uso de órgãos e estruturas já existentes de modo que não onere o poder público local, evitando a geminação das estruturas; órgão de acompanhamento, verifica a existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo de instituição de uma política pública, ação ou programa; relação com outros processos participativos, que orienta acerca da existência de interação com outros sistemas participativos já existentes na região (ALLEBRANDT, 2016).

A categoria inclusão supõe a reconsideração do poder de comunicação da sociedade como um todo e, em especial, a voz dos excluídos do sistema. Significa a capacidade dos atores de estarem inseridos nos espaços decisórios públicos e de representarem os interesses coletivos. Esta categoria é composta de três critérios: abertura de espaços de decisão; aceitação social, política e técnica e valorização cidadã. Este conjunto tem por objetivo avaliar se os processos, mecanismos e instituições propiciam a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos de modo que todos tenham oportunidade em participar das tomadas de decisão de forma que se valorize a participação cidadã e democrática (ALLEBRANDT, 2016; VILLELA, 2012; TENÓRIO et al., 2008).

No que se refere à categoria do pluralismo, Tenório et al. (2008) alertam que o conceito de pluralismo leva à ideia de descentralização do poder do Estado, em que os problemas passam a ser localmente discutidos e consensualizados na persecução das vias para o desenvolvimento sustentável. Pluralismo diz respeito não apenas às representações de grupos privilegiados, mas dos diversos atores que participam dos processos decisórios nas políticas públicas locais. O pluralismo vem acompanhado de dois critérios: a participação dos diferentes atores, que verifica se ocorre a atuação nos processos deliberativos de associações, movimentos e organizações, bem como de cidadãos que não estejam ligados a conselhos gestores; e o perfil dos atores, que analisa as características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação (TENÓRIO et al., 2008).

Para a igualdade participativa, na condição de categoria de análise, os autores lembram que ela se apoia no nivelamento das oportunidades de atuação efetiva nos processos de tomada de decisão. Parte-se do princípio de que, dotados de informação e com acesso livre aos canais de deliberação, qualquer cidadão, segmento ou organização é passível de influenciar as decisões tomadas via processo deliberativo. Igualdade participativa é condição de manter nas sociedades contemporâneas a possibilidade de um espaço de deliberação. A categoria que trata da igualdade participativa é composta por três critérios: o primeiro dispõe sobre a forma de escolha dos representantes; o

segundo discorre sobre os discursos dos representantes e o terceiro sobre a avaliação participativa (VILLELA, 2012; ALLEBRANDT, 2016).

A autonomia é fundamental para que os problemas locais possam ser avaliados e resolvidos pelas próprias comunidades que vivenciam os problemas. É composta pelos seguintes critérios: origem das proposições; alçada dos atores; perfil de liderança e possibilidade de exercer a própria vontade. Esses quatro critérios objetivam identificar a iniciativa das proposições e sua conformidade com a intenção dos favorecidos pelas políticas públicas elencadas, observando com qual frequência a administração pública opina acerca de uma problemática encontrada e se as instituições, normas e procedimentos permitem o exercício da vontade política individual ou coletiva (VILLELA, 2012; TENÓRIO, 2012; TENÓRIO et al. 2008; ALLEBRANDT, 2016).

E, no que refere ao bem comum, ressalta-se que ele representa os benefícios tangíveis ou intangíveis para a comunidade ou localidade, oriundos da política pública (TENÓRIO et al., 2008). Sobre a categoria do bem comum, ela é formada por dois critérios: objetivos alcançados, que focam em analisar a relação entre os objetivos planejados e os realizados; e a aprovação cidadã dos resultados, que avalia quanto ao trabalho dos atores conselheiros e os resultados alcançados (VILLELA, 2012).

Quadro 2 – Cidadania deliberativa: critérios de análise

	Categorias	Crítérios
Cidadania Deliberativa	<p>Processo de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p>	<p>Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.</p>
		<p>Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.</p>
		<p>Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.</p>
		<p>Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.</p>
		<p>Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.</p>
		<p>Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.</p>
	<p>Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.</p>	
<p>Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos</p>	<p>Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos</p>	

	anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.	grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
		Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social quanto no político e no técnico.
		Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
	Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
		Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
Cidadania Deliberativa	Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
		Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
		Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
	Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas. Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
		Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
		Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
		Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
	Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
		Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Fonte: Tenório et al., 2008 (grifos dos autores); Pegs, elaborado a partir de Tenório (2007b), Castellà e Jorba (2005), Jorba, Martí e Parés (2007), Parés e Castellà (2008).

Tendo em vista o foco no controle social do desenvolvimento regional, a equipe do GPDeC/Unijuí optou por acrescentar recentemente mais uma categoria e respectivos critérios nesta matriz.

Assim sendo, esta sétima categoria (Quadro 3) trata do controle social de forma mais específica, concebido como o ato de fiscalização exercido pela sociedade civil sobre as ações do Estado.

O conceito de controle social é convergente ao conceito de gestão social. Colegiados com características de gestão compartilhada e de proposta deliberativa estarão, em tese, impulsionando o controle social, uma vez que a interação dos atores promove, entre eles, um monitoramento coletivo. “O significado de controle social caracteriza-se por ter origem nos direitos fundamentais e diversos são os significados para esse tipo de direito: liberdades públicas, direitos do homem, direitos humanos e direitos públicos subjetivos” (TENÓRIO, 2016b, p. 23). De acordo com Siraque (2005, p. 23), os direitos de primeira geração “abarcam os direitos individuais e políticos, cujo escopo é resguardar as liberdades individuais oponíveis ao Estado e instrumentalizar a participação popular. É nessa geração de direitos que se encontram os fundamentos da participação popular (participação cidadã) e do controle social das atividades do Estado”. Ainda segundo o autor, o ato de controlar, neste caso, significa como a sociedade se posiciona perante as ações originadas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Tenório (2016b, p. 24), recorrendo a Siraque (2005), diferencia participação popular de controle social: “enquanto no primeiro caso ocorre a ‘partilha de poder político entre as autoridades constituídas e as pessoas estranhas ao ente estatal’, no controle social ‘é o direito público subjetivo de o particular, individual ou coletivamente, submeter o poder político estatal à fiscalização”. Apesar disso, tal dicotomia não ocorreria sob a ótica da gestão social aqui defendida, uma vez que participação popular e controle social são categorias explícitas nesse tipo de processo decisório deliberativo, justificadas no âmbito de esferas públicas de conselhos municipais.

Para tanto, a categoria de análise estabelecida como controle social subdivide-se em seis critérios de análise, que são os seguintes: transparência, legitimidade social, acompanhamento de políticas públicas, instrumentos de controle, inteligibilidade e promoção do controle social, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Categoria controle social e seus critérios de análise

	Categoria	Critério de Análise
Cidadania Deliberativa	Controle Social: o ato de fiscalização exercido pela sociedade civil sobre as ações do Estado.	Transparência: Informações governamentais abertas aos cidadãos, propiciando o acesso às informações, possibilitando uma maior fiscalização pela sociedade.
		Legitimidade Social: Reconhecimento da capacidade de atuação como promotor do controle social.
		Acompanhamento de Políticas Públicas: Julgar os mecanismos de acompanhamento das políticas públicas.
		Instrumentos de Controle: Utilização dos meios de controle governamental de forma independente.
		Inteligibilidade: Capacidade de perceber e compreender as informações.
		Promoção do controle social: Capacidade do Conselho de promover o controle social.

Fonte: Elaborada pelo GPDeC.

Transparência tem como finalidade a promoção do acesso às informações governamentais pelos cidadãos, possibilitando uma maior fiscalização pela sociedade. Cruz, Silva e Spinelli (2016, p. 728) definem que a promoção à transparência e o acesso à informação devem ocorrer de duas formas simultâneas: por meio da divulgação de informação de forma espontânea pelo poder público (caracterizada como transparência ativa) e por meio do acesso à informação mediante solicitações diversas dos cidadãos aos órgãos governamentais (denominada como transparência passiva).

A transparência, portanto, pode ser dividida em dois modos: a transparência ativa é aquela em que os órgãos públicos divulgam as informações sobre as suas ações a todos os cidadãos; já a transparência passiva ocorre quando os cidadãos solicitam informações aos órgãos públicos.

O critério legitimidade social avalia o reconhecimento da capacidade de atuação do conselho e dos atores como promotor do controle social na sua área de atuação. Este critério de análise, portanto, justifica-se pela apresentação e análise da atuação dos atores sociais que compõem o espaço público. Também pode ser observado neste critério a existência de espaços de discussão de temas relacionados à transparência e ao combate à corrupção nos órgãos governamentais.

No que se refere ao acompanhamento de políticas públicas, o critério vem para complementar a categoria de controle social no que diz respeito aos mecanismos utilizados no controle, ao acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, aplicação dos recursos, programas, enfim, tudo aquilo que foi definido em conjunto (sociedade e governo), se está andando de acordo com o que foi acordado quando dos processos de participação.

O critério instrumentos de controle busca analisar a utilização dos meios de controle governamental de forma independente. São exemplos destes meios de controle: audiências públicas, consulta popular, portais de transparência, atas, relatórios, etc. Este critério de análise, portanto, busca compreender e analisar como os conselhos gestores de políticas públicas utilizam-se dos instrumentos de controle governamental disponíveis.

Quanto à inteligibilidade, sua análise busca identificar a capacidade de perceber e compreender a complexidade e multiplicidade das informações acessadas por parte dos membros dos conselhos gestores de políticas públicas. Para consecução dos objetivos deste critério de análise dois aspectos principais são investigados: o primeiro questiona o nível de compreensão dos conselheiros sobre as informações disponibilizadas e acessadas nos processos de discussão e deliberação; já o segundo aspecto analisa como as manifestações dos conselheiros representam a sua compreensão.

Por fim, a promoção do controle social, último critério de análise, objetiva analisar a capacidade dos conselhos gestores de políticas públicas em promover o controle social na sua área de atuação. Para tanto, dois aspectos são propostos para serem analisados:

o primeiro trata da possibilidade de promoção do controle social a partir das ações de conselhos gestores de políticas públicas e o segundo trata de quais ações os conselhos gestores de políticas públicas vêm utilizando ou podem utilizar visando à promoção do controle social.

Lócus da pesquisa

Como já foi apontado na caracterização do problema, este projeto busca estimular a pesquisa no âmbito de quatro Programas de Pós-Graduação integrantes do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR), visando contribuir para a aproximação do construto de gestão social para o controle social das políticas públicas e do desenvolvimento regional: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unijuí (PPGDR/UNIJUÍ); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – mestrado e doutorado – da Unisc (PPGDR/UNISC); Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento – mestrado - do Campus Litoral Norte da UFRSGS (PGDREDES/UFRGS); e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – mestrado – do Campus Cerro Largo da UFFS (PPGDPP/UFFS).

Considerando que estes programas de pós-graduação atuam em regiões diferenciadas no estado do Rio grande do Sul, estabeleceu-se como lócus prioritários as regiões do Coredes em que se situam os programas que integram este Projeto Rede.

Portanto, os lócus prioritários do estudo são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) nos quais estão localizadas as sedes dos quatro programas de pós-graduação integrantes da Pesquisa Rede: Corede Noroeste Colonial, Corede Vale do Rio Pardo, Corede Missões e Corede Litoral.

A pesquisa, no entanto, considerará a rede de interfaces entre os arranjos institucionais e espaços públicos com ênfase nos Coredes e nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes).

Resultados e impactos esperados

O principal resultado esperado pela pesquisa é um maior conhecimento dos processos de controle social e gestão social dos espaços públicos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Conselhos Municipais de Desenvolvimento que atuam em distintas regiões do estado, bem como a relação e articulação dessas práticas com a política pública de planejamento e de desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul, em desenvolvimento nas últimas décadas.

Igualmente espera-se contribuir para melhor compreender em diferentes regiões do Rio Grande do Sul a dinâmica social e política existente nos processos de promoção do desenvolvimento regional, identificando as particularidades e características comuns, as principais dificuldades e avanços na realização desses processos em cada região do Estado.

O controle social é hoje uma necessidade para a efetivação da democracia e o combate efetivo à corrupção. Portanto, os resultados esperados também poderão contribuir na avaliação e desenvolvimento das políticas públicas de planejamento territorial e de desenvolvimento regional. Desta forma, os resultados da pesquisa poderão contribuir para a efetivação dos mecanismos de controle social via conselhos, inseridos na Constituição de 1988.

Do ponto de vista teórico, espera-se contribuir para o fortalecimento da gestão social, um conceito ainda em construção na academia, e para o avanço conceitual do desenvolvimento regional.

Do ponto de vista metodológico, espera-se possibilitar a produção de uma metodologia capaz de ser replicada para o estudo da gestão social e do controle social nos demais Coredes gaúchos e em outras experiências regionais similares pelo Brasil e mesmo pela América Latina.

Atividades, resultados esperados, metas e indicadores

Síntese das atividades, resultados, metas e indicadores.

Atividade	Resultado Esperado/Impacto Previsto	Meta	Indicadores
Reuniões da equipe do Projeto Rede	Ampliação e aprofundamento do debate teórico sobre gestão social e controle social do desenvolvimento regional	Sete reuniões que serão realizadas alternadamente nos Programas integrantes da Pesquisa	Atas/Registros das reuniões
Participação em Eventos científicos de interesse da área nos próximos 3 anos		Participação de membros da equipe na XI ENAPEGS em Maceió (maio 2020); no II SLAEDR, IV SIDER e II SIDETEG em Ijuí (julho 2020); no V SEDRES e IV OBSERVA-DR em Taubaté, SP (setembro de 2020); na ENAPUR 2021 em Blumenau, SC (maio de 2021) e no X SIDR e VI OBSERVA-DR em Santa Cruz do Sul (setembro 2021)	Certificados de Participação e de Apresentação de Trabalhos; Anais dos Eventos
Participação no Encontro Anual de Avaliação e Planejamento dos Coredes-RS	Apresentação/devolução dos resultados da pesquisa	Participação em pelo menos um Encontro Anual dos Coredes (2021, 2022)	Programação do Evento/Certificados/
Publicizar os resultados da pesquisa	Disseminação do conhecimento em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Gestão Social e Controle Social	Pelo menos 4 artigos submetidos a periódicos Qualis B2 no mínimo. 1 Livro publicado	Artigos publicados Depósito legal na Biblioteca Nacional
Realizar a coleta de dados - questionários	Levantamento de dados para o desenvolvimento da pesquisa nos quatro	Aplicar questionários aos integrantes dos Comudes e Coredes	Relatórios Técnicos

	lócus regionais definidos	que atuam nos lócus da pesquisa	
Realizar entrevistas semiestruturadas	Levantamento de dados para o desenvolvimento da pesquisa	Efetuar entrevistas nos quatro lócus da pesquisa	Relatórios Técnicos

Detalhamento da Atividades

As atividades estão detalhadas na plataforma SIGFAPERGS, onde constam os participantes de cada atividade cadastrada. Abaixo relacionam-se estas atividades registrando apenas o responsável da equipe pela operacionalização de cada uma. Ressalta-se que, sendo a pesquisa uma atividade processual, estas atividades podem e devem ser readequadas durante a execução do projeto, visando atingir os resultados definidos nos objetivos.

Atividade (A-1): 1. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNIJUÍ: primeiro encontro para desencadear a execução do projeto no âmbito dos quatro Coredes

Início: 1º Mês Duração: Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-2): Aprofundar o debate teórico/conceitual sobre Gestão Social e Controle Social enquanto princípios da democracia, participação e promoção do desenvolvimento regional.

Início: 1º Mês Duração: 6 Mês(es) Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-3): Qualificar a matriz de categorias e critérios de análise desenvolvida pelo PEGS/EBAPE/FGV no que tange à gestão social e ampliada pelo GPDeC/PPGDR/UNIJUÍ no que tange ao controle social, adequando-a ao estudo dos Coredes e suas dinâmicas de promoção do desenvolvimento regional

Início: 4º Mês Duração: 6 Mês(es) Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-4): 2. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNISC: segundo encontro para avançar no debate teórico e analisar e adequar a matriz de categorias e critérios

Início: 4º Mês Duração: Rogério Leandro Lima da Silveira [Responsável]

Atividade (A-5): Participação na XI ENAPEGS, em Maceió, Alagoas

Início: 6º Mês Duração: Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-6): Participação no II SLAEDR e V SIDER e III SIDETER

Início: 8º Mês Duração: Cidonea Machado Deponti [Responsável]

Atividade (A-7): Realizar a primeira etapa da coleta de dados no Corede Litoral

Início: 9º Mês Duração: 4 Mês(es) Anelise Graciele Rambo [Responsável]

Atividade (A-8): Realizar a primeira etapa da coleta de dados no Corede Missões

Início: 9º Mês Duração: 4 Mês(es) Edegar Rotta [Responsável]

Atividade (A-9): Realizar a primeira etapa da coleta de dados no Corede Noroeste Colonial

Início: 9º Mês Duração: 4 Mês(es) Airton Adelar Mueller [Responsável]

Atividade (A-10): Realizar a primeira etapa da coleta de dados no Corede Vale do Rio Pardo

Início: 9º Mês Duração: 4 Mês(es) Cidonea Machado Deponti [Responsável]

Atividade (A-11): Participação no V SEDRES, em Taubaté, SP, no PPGDR/UNITAU

Início: 10º Mês Duração: Airton Adelar Mueller [Responsável]

Atividade (A-12): Realizar o tratamento dos dados coletados com apoio do N-Vivo

Início: 11º Mês Duração: 11 Mês(es) Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-13): 4. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDPP/UFFS: quarto encontro para avaliar a primeira etapa de atividades de campo e concluir o 1. relatório parcial das equipes locais

Início: 12º Mês Duração: Edemar Rotta [Responsável]

Atividade (A-14): Realizar a segunda etapa da coleta de dados no Corede Vale do Rio Pardo

Início: 16º Mês Duração: 5 Mês(es) Silvio Cezar Arend [Responsável]

Atividade (A-15): Realizar a segunda etapa da coleta de dados no Corede Missões

Início: 16º Mês Duração: 5 Mês(es) Carlos Eduardo Ruschel Anes [Responsável]

Atividade (A-16): Realizar a segunda etapa da coleta de dados no Corede Noroeste Colonial

Início: 16º Mês Duração: 5 Mês(es) Airton Adelar Mueller [Responsável]

Atividade (A-17): 5. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNIJUÍ: quinto encontro para avaliar as análises em andamento e iniciar a segunda etapa de atividades de campo pelas equipes locais

Início: 16º Mês Duração: Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-18): Realizar a segunda etapa da coleta de dados no Corede Litoral

Início: 16º Mês Duração: 5 Mês(es) Anelise Graciele Rambo [Responsável]

Atividade (A-19): 6. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNISC: sexto encontro para avaliar as análises em andamento e definir a organização da produção dos artigos a partir dos resultados já existentes

Início: 22º Mês Duração: Cidonea Machado Deponti [Responsável]

Atividade (A-20): Participação no X SIDR/UNISC, em setembro de 2021

Início: 22º Mês Duração: Anelise Graciele Rambo [Responsável]

Atividade (A-21): Redação dos capítulos de livro com os resultados da pesquisa

Início: 26º Mês Duração: 4 Mês(es) Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-22): 7. Reunião da Equipe do Projeto Rede Observa-DR e do GPDeC, no PPGDR/UNIJUÍ: último encontro para avaliar as etapas desenvolvidas e encaminhar a elaboração dos relatórios técnicos e financeiros, estruturar o livro e definir prazos para elaboração dos capítulos visando encaminhamento à Editora

Início: 28º Mês Duração: Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Atividade (A-23): Tramitação do livro na Editora

Início: 30º Mês Duração: 4 Mês(es) Sérgio Luís Allebrandt [Responsável]

Cronograma

A\M	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35		
A-1	X																																				
A-2	X	X	X	X	X	X																															
A-3				X	X	X	X	X	X																												
A-4				X																																	
A-5						X																															
A-6								X																													
A-7									X	X	X	X																									
A-8									X	X	X	X																									
A-9									X	X	X	X																									
A-10									X	X	X	X																									
A-11										X																											
A-12											X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X															
A-13												X																									
A-14																X	X	X	X	X																	
A-15																X	X	X	X	X																	
A-16																X	X	X	X	X																	
A-17																X																					
A-18																X	X	X	X	X																	
A-19																							X														
A-20																							X														
A-21																									X	X	X	X									
A-22																											X										
A-23																																		X	X	X	X

Orçamento

O orçamento foi detalhado na plataforma SIGFAPERGS e nas tabelas que seguem.

Para o primeiro ano de execução do Projeto são previstas diárias e meias diárias para os encontros do Projeto Rede, para participação em eventos importantes da área de atuação dos Programas integrantes e para a primeira etapa da coleta de dados a campo nos quatro lócus da pesquisa. Considerou-se o valor das diárias de acordo com a tabela da Fapergs e utilizou-se meia diária para os casos em que não há necessidade de pernoite. Também foi considerada a distância mínima da residência dos pesquisadores superior a 50 km. Também no primeiro ano foram previstos recursos para combustível, o que se justifica pela necessidade de atividades de coleta de dados a campo em regiões e locais em que não há possibilidade de mobilidade de outra forma. Por último, foram previstas passagens aéreas para a participação em eventos de interesse dos Programas e vinculados à área de atuação, estabelecendo-se uma representatividade para as equipes dos quatro Programas integrantes do Projeto Rede. Assim, no primeiro ano previu-se um total de R\$ 29.724,00.

Para o segundo ano, além da previsão de diárias e meias diárias para os encontros do Projeto Rede, eventos da área e atividades de campo, foram previstos recursos para combustível, pela necessidade de executar o segundo período de coleta de dados a campo. O total de recursos do segundo ano é de 15.760,00.

Para o terceiro e último ano do Projeto, além de seis meias diárias necessárias para o último encontro de membros da Equipe, previu-se um recurso em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, destinado à editoração de um livro impresso com as análises e resultados do estudo realizado durante o período do Projeto Rede. O total dos recursos para o terceiro ano é de R\$ 14.448,86.

Dado a característica de Projeto Rede, não foram contemplados recursos para Material Permanente e Equipamentos. Assim, o total dos recursos previstos no orçamento consolidado para os três anos é de R\$ 59.932,86 (cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Nas tabelas a seguir encontra-se o detalhamento por trimestres/anos e consolidado.

Ano 1 - Em Real					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	1.600,00	4.640,00	5.440,00	7.360,00	19.040,00
Material de Consumo	0,00	0,00	336,00	1.008,00	1.344,00
Passagens	0,00	7.340,00	0,00	2.000,00	9.340,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Material Permanente e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.600,00	11.980,00	5.776,00	10.368,00	29.724,00
Ano 2 - Em Real					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	0,00	9.280,00	1.920,00	2.880,00	14.080,00
Material de Consumo	0,00	1.008,00	672,00	0,00	1.680,00
Passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Permanente e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	10.288,00	2.592,00	2.880,00	15.760,00
Ano 3 - Em Real					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	0,00	1.440,00	0,00	0,00	1.440,00
Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	13.008,86	0,00	13.008,86
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	13.008,86	0,00	13.008,86
Material Permanente e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.440,00	13.008,86	0,00	14.448,86

ORÇAMENTO CONSOLIDADO

Elementos de Despesa	R\$
Diárias	34.560,00
Material de Consumo	3.024,00
Passagens	9.340,00
Outros Serviços de Terceiros	13.008,86
- Pessoa Física	0,00
- Pessoa Jurídica	13.008,86
Equipamentos e Material Permanente	0,00
Total	59.932,86

Referências Bibliográficas²

ALLEBRANDT, S. L. Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. 2010. 302 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

_____. A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas públicas: a atuação dos Conselhos Municipais de Ijuí-RS, de 1989 a 2000. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

_____. Conselhos Municipais: potencialidades e limites para a efetividade e eficácia de um espaço público para a construção da cidadania interativa. In: ENANPAD, 27^º, 2003, Atibaia. Anais... Atibaia-SP: ANPAD, 2003. CD-ROM.

_____. Coredes e Comudes: uma nova experiência de planejamento do desenvolvimento local/regional no Rio Grande do Sul, Brasil? In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11., 2006, Ciudad de Guatemala. Anais... Caracas, VE: CLAD, 2006a.

_____. Espaços Públicos Ampliados para o Processo de Planejamento do Desenvolvimento Local/Regional: os Coredes e Comudes no Rio Grande do Sul. Participe – Revista de Participação, Cidadania e Gestão Local, Ijuí, v. 6, n. 10/11, p. 41-56, jan./jun. 2006 e jul./dez. 2006b.

_____. Conselhos distritais e a gestão do desenvolvimento local: relações de poder e participação na gestão pública. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. Desenvolvimento regional, democracia local e capital social. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. p. 172-210.

_____. A cidadania e o processo de desenvolvimento local e regional: um estudo sobre a atuação dos conselhos municipais e regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2007. Exame de Qualificação, Santa Cruz do Sul, 2007.

_____. Estado, administração pública e gestão social. In SIEDENBER, D. R. (org.). Desenvolvimento sob Múltiplos Olhares. Ijuí: Unijuí, 2012a. p. 139-186.

_____. Gestão social e deliberação em espaços públicos: categorias e indicadores para monitoramento e análise. In: TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Cidadania, território e atores sociais, Volume 4. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

_____. Espaços públicos e processos deliberativos: categorias e indicadores para monitoramento e análise. In: BEDIN, G. A. (org) Cidadania, direitos humanos e equidade. Ijuí: Unijuí. 2012b, p. 153-195. Coleção direito, política e cidadania

_____. SIEDENBERG, D. R. A experiência dos COREDES no Rio Grande do Sul: uma análise à luz da gestão social e da cidadania deliberativa. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento. Rio de Janeiro. Garamond. 2011. p. 254-287.

_____. et al. Coredes e Comudes: uma nova institucionalidade para o processo de desenvolvimento local/regional no RS? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE

² Além das referências relativas às citações no texto do presente projeto, incluem-se referências relativas a bibliografias importantes para a presente proposta de estudo.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2004, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. CD-ROM.

_____; PETERSEN, L. L.; SIEDENBERG, D. R. A função articuladora dos Coredes e o Estudo Rumos 2015: estratégias, programas e projetos para a região funcional sete In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., 2005, Novo Hamburgo. Anais... Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005.

_____; BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R. Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial. In: SIEDENBERG, Dieter R. (Org.). Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 29-48.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BANDEIRA, P. S.. O capital social e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. 2003. 365 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003a.

_____. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, C. G. Regiões e cidade, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. Unesp; Anpur, 2003b. p. 519-548.

_____. Desequilíbrios regionais – crescimento regional no Rio Grande do Sul: tendências e desafios – RS2010. Porto Alegre: SCP, 1998.

_____. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Texto para Discussão do Ipea, Brasília, n. 630, fev. 1999.

_____. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In.: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org.). Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 23-128. (Desenvolvimento local-regional, v. 1).

_____. Articulação de Atores Sociais, Capital Social e Desenvolvimento Regional: o caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (org.). Desigualdades Regionais. Salvador: SEI, 2004. p. 219-50. (Série Estudos e Pesquisas, nº 67)

_____. O capital social e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. 2003. 365 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Texto para discussão do IPEA, Brasília, nº 630, fev. 1999.

BECKER, D. F. Coredes na trilha do aperfeiçoamento (entrevista). In: ALLEBRANDT, S. L. (ed.) Espaços Públicos: visões e reflexões. Caderno Hora H Cidadania. Ijuí, Coomunica, 04 abr. 2003. p. 8

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O debate contemporâneo sobre os paradigmas. In: GEWANDSZNAJDER, F.; ALVES-MAZZOTTI, A. J. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 109, p. 126-150. Mar. 2012.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Rio de Janeiro, Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011.

CARGNIN, A. P. Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais. Porto alegre. 317 f. 2011 Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COREDES-RS. Pró-RS II: por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS. Vol 1: o funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002a.

_____. Pró-RS II: por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS. Vol 2: a organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002b.

_____. Pro-RS IV. Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Passografic, 2010a.

CASTELLÀ, C.; JORBA, L. Evaluación de las experiencias participativas em la gestión local de la Cataluña: potencialidades y amenazas. Gestión y Análisis de políticas públicas, n.32, p.79-98, 2005.

COELHO-DE-SOUZA, G.; et al.. . Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. 1. ed. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

COGO, E. L.; DALLABRIDA, V. R. Avaliação dos processos de descentralização nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: o marco jurídico como respaldo à participação social. Revista Inclusão Social, v. 6, n. 1, p. 175-190, jul./dez. 2012.

CORREIA, M. V. C. Que controle social na política de Assistência Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 72, set. 2002.

CUNILL-GRAU, N. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Tradução de Carolina Andrade. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CRUZ, M. do C.M.T.; SILVA, T. A.B.; SPINELLI, M. V. O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 3, p. 721-743, jul./set. 2016.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. Virtudes e limitações da ação coletiva no desenvolvimento territorial, considerando a multiescalaridade dos processos socioeconômicos e culturais. In: AUGM – BIENAL DEL COLOQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 8., Buenos Aires, Argentina, entre el 25 y el 27 de agosto de 2010. Asociación de Universidades Grupo Montevideo. Anais... Buenos Aires: Facultad de Ciencias Economicas-UBA, 2010.

_____. (Org.). Gestão, inovação e desenvolvimento. Santa Cruz do Sul: Ed. EduUnisc, 2007.

_____. (Org.). Planejamento estratégico territorial – a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste-RS-Brasil. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

DALLABRIDA, V. R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DEMO, P. Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DOWBOR, L. O poder local diante dos novos desafios globais. In.: Fundação Prefeito Faria Lima. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999. Disponível em http://www.cepam.sp.gov.br/v11/biblioteca/publicacoes_download.asp. Acesso em 23 abr. 2007.

ENRIQUEZ, E. Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social. Tradução de Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Corede Missões. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Miss%F5es> Acesso em 09 Jul. 2019.

FERNANDES, J. Considerações sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento propostos no Programa POVO GRANDE DO SUL do Governo Alceu Collares/João Gilberto. Santa Maria, 1991. Folheto.

FILIPPI, A. C. T. F.; SILVEIRA, R. L. L. da; ALLEBRANDT, S. L. (Orgs.). Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2015.

FILIPPIM, E. S.; ABRUCIO, F. L. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. Revista RAC, v. 14, n. 2, p. 212-228, mar./abr. 2010.

FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio grande do Sul (2015 – 2018) / Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Lajeado: Editora da Univates, 2014.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Terras Indígenas. Brasília: Funai, 2015. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 20 fev. 2017. 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (FEE). FEE Mapas. Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede_celeiro_2008_municipios.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: _____ (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

- FRANÇA FILHO, G. C. Definindo Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 27-37.
- FRANTZ, W. Um processo de educação política na participação do debate sobre desenvolvimento regional: a experiência de organização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 9, nº 2, p. 7-29, mai./ago. 2004
- FRITZEN, A. Controle social do desenvolvimento regional à luz da gestão social no âmbito do Corede Celeiro. 2017. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.
- GAIO, A. L. As estratégias de ação utilizadas pela Secretaria do Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim para implementar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do seu território. 2005. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Perfil Socioeconômico dos Coredes. Porto Alegre: Seplan/Deplan, 2015.
- _____. Rumos 2015: Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 2005.
- GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos* [on-line], 42, maio/ago. 2006.
- HABERMAS, J. Política deliberativa – um conceito procedimental de democracia. In: _____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [1992]. p. 9-56.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid, Taurus, 1987. (2 volumes)
- HINNAH, D. Controle social do desenvolvimento regional à luz da gestão social no âmbito do Corede Noroeste Colonial. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Banco de dados agregados do IBGE-Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 05 Abr. 2014.
- JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p.143-170, maio 2005. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2079/2461>>. Acesso em: nov/2012.
- JORBA, L.; MARTÍ, J.; PARÉS, M. La qualitat em la participació: orientacions per a l'avaluació participada. *Finestra Oberta*, n. 51, Barcelona, 2007.

- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÜCHMANN, L. H. H. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. *Cadernos de Pesquisa do PPGSP/UFSC*, nº 33, p. 1-44, nov. 2002.
- MANNHEIM, K. *Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo de sociologia*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971.
- MELO, J. E. B. de. *O Conselho de Desenvolvimento Regional da 27ª Agência de Desenvolvimento Regional/São Joaquim, SC: uma análise do controle social à luz da gestão social do desenvolvimento regional*. 2018. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.
- MUELLER, A. A. Limites e engodos da abordagem comunitarista / bottom-up de capital social em contextos globalizados. In: MUELLER, Airton Adelar; SOARES, Fabrício Antônio Antunes (Org.). *Modernidade sem fronteiras: desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas*. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018. p. 117-152.
- NOGUEIRA, C. A Análise do Discurso. In: ALMEIDA, L. S.; FERNANDES, E. M. (Eds). *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga-PT: Univ. do Minho/CEEP, 2001. p. 15-47.
- NYGAARD, P. D. As regionalizações e o planejamento estadual – uma discussão sobre as dificuldades e possibilidades de um ajustamento. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.11, nº 1, p. 184-197, 1990.
- OLIVEIRA, M. L. *Controle social e gestão participativa em saúde pública: a experiência de conselhos gestores de unidades de saúde do município de Campo Grande/MS 1994/2002*. 2003. São Paulo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- PARÉS, M.; CASTELLÀ, C. *Críteris, metodolgies i reflexions entorn l'avaluació de la participació ciutadana*. Mimeo. 2008.
- RAMOS, A. C. *Fatores de atração migratória no Litoral do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório*. Santa Cruz do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.
- RIBAS, Taciana Angélica Moraes. *Controle social do desenvolvimento regional à luz da gestão social no âmbito do Corede Missões*. 2017. 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.
- RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.
- RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=liPguzuGBtw%3d&tabid=3683&mid=5358>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- _____. *Rumos 2015: estudo sobre o desenvolvimento regional e logística no Rio Grande do Sul (Documento Síntese)*. SCP/Deplan-DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006.

_____. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Perfil Socioeconômico COREDE Missões: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>>. Acesso em: 09 Jul. 2019.

ROTTA, Edeimar. *et al.* Desenvolvimento e Ambiente em Planejamentos Municipais: Missões e Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VII, 2015. Santa Cruz do Sul. *Anais*.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial. Cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. 2002. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SACHS, I. Desenvolvimento, incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Leislacao%20Correlata/Reforma_Administrativa/2003_-_Lei_Complementar_N_243%2C_de_30_de_janeiro_de_2003.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

_____. Decreto nº 856, de 6 de setembro de 2016. 2016b. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-856-2016-santa-catarina-aprova-o-regimento-interno-das-agencias-de-desenvolvimento-regional-dos-conselhos-de-desenvolvimento-regional-dos-colegiados-regionais-de-governo-e-estabelece-outras-providencias>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. Lei ordinária nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Leislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015%20-%20LEI%20ORDINARIA_N__16_795%2C_DE_16_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

_____. Programa de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais: crescendo juntos. Florianópolis: Secretaria de Estado de Planejamento; Diretoria de Planejamento, 2016a. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/661-programa-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/file>. Acesso em: 12 ago. 2018;

SIEDENBERG, D. R. Fundamentos, trajetória e abordagens contemporâneas do desenvolvimento. In: _____. (Org.). Desenvolvimento Sob Múltiplos Olhares. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012.

_____. Um modelo aplicado: planejamento nos Coredes. In: _____. (Org.). Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 87-98.

_____. (Org.). Dicionário do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

_____; SAAD, A. Z.; SENGER, C. M. Condicionantes históricos e determinantes contemporâneos do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, J. R.; HERRMANN, K. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 211-238.

SILVEIRA, R. L. L. da; ALLEBRANDT, S. L.; CAMPOS, H. Á. O planejamento e o desenvolvimento regional no rio grande do sul: políticas estaduais, processos e experiências regionais. In: FILIPPI, A. C. T. F.; SILVEIRA, R. L. L. da; ALLEBRANDT, S. L. (Orgs.). Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2015. p. 49-75.

SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

_____. Inovando com democracia, ainda uma utopia. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 33, n. 6, p. 229-238, nov./dez. 1999.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. Desenvolvimento em Questão, v. 3, n. 5, p. 101-124, jan./jun. 2005.

_____. Desenvolvimento Local. In: _____. Cidadania e desenvolvimento local. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007a. p. 71-104.

_____. Cidadania. In: _____. Cidadania e desenvolvimento local. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007b. p. 25-70.

_____. Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional e gestão social. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008a.

_____. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social. 3. ed. Rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008b.

_____. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c. p. 39-59.

_____. Uma alternativa: gestão social. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016a.

_____. Gestão social: conceito. In: _____. KRONEMBERGER, T. S. (Org.). Gestão social e conselhos gestores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016b.

_____. Escopo teórico. In: TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

_____.; DUTRA, J. L. A.; MAGALHÃES, C. M. R. de. Gestão Social e Desenvolvimento Local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: Enanpad, 28, Curitiba, 2004. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004. CDROM.

_____ et al. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENAPG, 2008, Salvador, BA. Anais... Salvador: ANPAD, 2008.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia,

comunicação e representações sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 1995.

VEIGA, J. E. da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. São Paulo em Perspectiva - Seade, v. 20, nº 3, jul./set. 2006.

_____. Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural. Cadernos do CEAM, v. V, nº 23, p. 221-278, jan. 2006b. Disponível em <http://www.fea.usp.br/professores/zeeli/>. Acesso em 15 jan. 2007.

VILLELA, L. E. Escopo metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

WESENDONCK, C.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. O Processo de Participação Popular (PPP) e os Coredes como fatores de desenvolvimento socioeconômico regional: uma relação profícua? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 2008, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 1-31.

XERXENEVSKY Lauren Lewis, FOCHEZATTO Adelar. Índice relativo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Litoral do Rio Grande do Sul: uma aplicação da análise fatorial. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 25, p. 31-55, ago.2015.

ZUANAZZI, P. T.; BARTELS, M. Estimativas para a população flutuante do Litoral do RS. Porto Alegre: FEE, 2016.

Compilação das principais atividades de pesquisa desenvolvidas pelo proponente nos últimos anos.

A temática do planejamento e desenvolvimento regional, da gestão social de espaços públicos e arranjos institucionais de participação e controle social vem sendo objeto de estudos nos últimos anos, no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC) do qual o proponente é líder. No âmbito do PPGDR/UNIJUÍ atuou como coordenador da Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Social até 2018 e assumiu a Coordenação do Programa na gestão 2019/2022. Integra ainda o Comitê de Redação da Revista Desenvolvimento em Questão e é membro do Comitê Científico da Unijuí. É também Editor Convidado da Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial (PPGDR/UFT e PPGCTIA/UFRRJ). O proponente tem atuado em redes de pesquisa com outras instituições na temática deste projeto, conforme segue:

- a) Entre 2010 e 2014 esteve vinculado como coordenador local de instituição associada (PPGDR/UNIJUÍ) no projeto de pesquisa “Gestão Social: ensino, pesquisa e práticas” apoiado pelo Edital Pró-Administração/CAPES 09/2008, sob a coordenação geral da PEGS/EBAPE/FGV, realizada no período de outubro de 2009 a setembro de 2014, que teve como principal objetivo fomentar a inserção da temática da gestão social em atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo na análise da política pública “Territórios da Cidadania” da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A escolha dessa política pública justificou-se pela gestão social ser considerada um dos eixos orientadores da política de desenvolvimento rural conduzida pelo SDT/MDA tendo como principal objetivo a “concretização dos espaços de debate e concertação capazes de garantir a transparência, a participação e a sustentabilidade” (MDA, 2005^a, p. 9). A execução do Pró-Administração/CAPES ocorreu por meio da constituição de uma rede de pesquisadores integrantes de IES associadas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getulio Vargas (FGV), coordenadora geral; Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e Universidade Federal do Ceará (UFC) – e colaboradoras - Universidade de Arte e Ciências Sociais do Chile; Universidad Autónoma de Barcelona – Instituto de Gobierno e Políticas Públicas (IGOP); Universidad Andina Simón Bolívar; Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da Escola de Administração de Empresas (EAESP) da FGV-SP; Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal Fluminense (Polo Universitário Volta Redonda); Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) – Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção (SAGE); Universidade Federal de Tocantins (UFT). No âmbito do PPGDES/UNIJUÍ o projeto foi desenvolvido no Território da Cidadania Noroeste Colonial integrado por 34 municípios.

- b) Em 2013 e 2014 integrou como coordenador de instituição associada os Projetos “Planejamento e Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes-RS” com apoio do EDITAL CNPq 18/2012, e “Estratégias de planejamento e gestão regional no Rio Grande do Sul: O papel do Estado e da sociedade civil na elaboração dos planos estratégicos regionais de desenvolvimento” com apoio do Edital 16/2012 - FAPERGS/FDRH. Estes dois projetos estiveram sob a coordenação geral do Prof. Rogério Leandro Lima da Silveira do PPGDR/UNISC (que também integra a equipe de pesquisadores da presente proposta de pesquisa) e atuaram como programas associadas o PPGDR/UNISC, o PROPUR/UFRGS e o PPGDR/UNIJUÍ. Aqueles projetos possibilitaram uma análise e avaliação dos planos estratégicos de desenvolvimento elaborados pelos Coredes em 2009 e 2010. Entre os resultados deste projeto, foi publicado um livro organizado por professores do PPGDR/UNISC e PPGDR/UNIJUÍ: FELIPPI, A. C. T.; SILVEIRA, R. L. L.; ALLEBRANDT, S. L. (Orgs.). Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. v. 1. 219p.
- c) Entre 2014 e 2018 participou como pesquisador associado do projeto “Gestão Social e cidadania: o controle social do desenvolvimento regional”, pesquisa que contou com financiamento da CAPES pelo Edital Pró-Integração 55/2013. Este projeto foi coordenado pelo Prof. Fernando Guilherme Tenório (que integra a equipe de pesquisadores da presente proposta de pesquisa), do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da EBAPE/FGV e que atua também como Professor no PPGDR/UNIJUÍ. O Projeto foi estruturado em forma de rede por meio da parceria com programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e também contou com a colaboração de Instituições de Ensino Superior (IES) internacionais - Universidad Nacional General Sarmiento da Argentina, Universidad Andina Simon Bolivar do Equador, Universidad de Arte y Ciencias Sociales do Chile e nacionais - Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Este projeto desenvolveu um estudo comparativo sobre dinâmicas de controle social em quatro países: Equador, Chile, Argentina e Brasil. No caso brasileiro, a investigação foi realizada nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Celeiro, Noroeste Colonial e Missões. Foram concluídas, em 2017, três dissertações nesta temática sob a orientação do proponente, no âmbito do PPGDR/Unijuí. Entre artigos completos em anais de eventos e publicações em periódicos científicos, vale ressaltar: ALLEBRANDT, S. L.; RIBAS, T. A. M.; POLLETO, L. F.; MALAQUIAS, J. F. Controle social do desenvolvimento regional na região do Corede Missões (Rio Grande do Sul), na perspectiva dos agentes públicos e atores sociais. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 14, p. 38-69, 2018. (QUALIS A-2).
- d) Em 2016 o proponente coordenou a organização e realização de três oficinas de capacitação metodológica para a elaboração de planos de desenvolvimento das regiões do Coredes, mediante contrato firmado com o Fórum dos Coredes no âmbito

do Convênio SEPLAN-RS n. 1636/2015, que visava a atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos 28 Coredes gaúchos em 2016/2017.

- e) Entre 2017 e 2018 coordenou o Projeto “Gestão Pública e Social em Distritos Industriais: o caso do Corede Noroeste Colonial. Este projeto foi aprovado no âmbito do Edital FAPERGS 03/2016 - PROCOREDES XIII, com apoio financeiro de R\$ 79.768,58. Entre as publicações resultantes, destacam-se: ALLEBRANDT, S. L.; KELM, M. L. (Orgs.). Políticas públicas e aglomerações produtivas locais: revisão de conceitos fundamentais. 1.. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2018; e ALLEBRANDT, S. L. (Org.). Políticas públicas em distritos industriais: análise das práticas nos municípios do Corede Noroeste Colonial. 1.. ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2018.
- f) Em 2019, no âmbito da Chamada CNPq nº 09/2018 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, o proponente foi contemplado com uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – N2, que vigora de 01/03/2019 a 28/02/2022.
- g) Entre os anos de 2014 e 2019 o proponente publicou, como autor ou coautor, 30 artigos completos em periódicos científicos (8 no estrato superior da área PLURD). É autor ou organizador de 6 livros e publicou 33 capítulos de livros, além de 93 trabalhos completos, 35 resumos expandidos e um resumo em anais de eventos.